

Avaliação Quadrienal

Quadro resumo das notas da área

CIÊNCIAS DA RELIGIÃO E TEOLOGIA



Avaliação
Quadrienal

Legenda:

diminuiu de nota
manteve a nota
subiu de nota

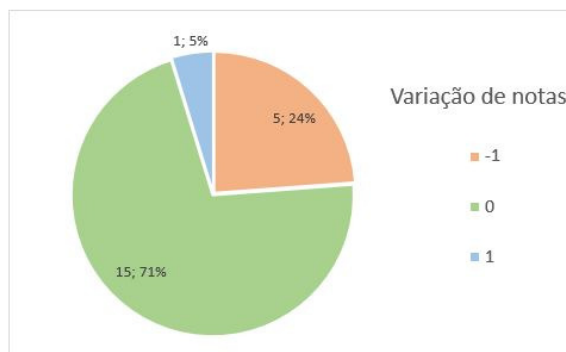
		Nota atual					Total
		3	4	5	6	7	
Nota anterior	3	6	1				7
	4	2	5				7
	5		1	3			4
	6			2	1		3
	Total	8	7	5	1		21

Programas com doutorado >=3

Nota atual % Programas com doutorado

4 50,0%
5 41,7%
6 8,3%

Total 6 e 7
8%



Nível	Nota atual					Total
	3	4	5	6	7	
Mestrado	5	1				6
Mestrado Profissional	3					3
Mestrado/Doutorado		6	5	1		12
Total	8	7	5	1		21

Avaliação Quadrienal

Quadro resumo das notas da área

TODAS AS ÁREAS



Avaliação
Quadrienal

Legenda:

diminuiu de nota
manteve a nota
subiu de nota

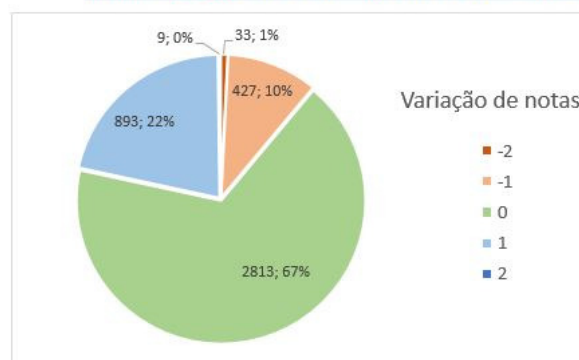
		Nota atual							Total
		1	2	3	4	5	6	7	
Nota anterior	3	9	102	1231	433	5			1780
	4		8	137	923	288	3		1359
	5			4	115	391	110	1	621
	6				4	52	152	62	270
	7					8	21	116	145
	Total	9	110	1372	1475	744	286	179	4175

Programas com doutorado >=3

Nota atual % Programas com doutorado

3 4,6%
4 42,7%
5 31,5%
6 13,0%
7 8,2%

Total 6 e 7
21%



	Nota atual							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Doutorado			3	51	14	4	2	74
Mestrado	3	56	875	329	7			1270
Mestrado Profissional	6	45	396	210	46			703
Mestrado/Doutorado		6	101	885	677	282	177	2128
Total	9	110	1372	1475	744	286	179	4175

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO 2013-2016 QUADRIENAL 2017

IDENTIFICAÇÃO

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS DA RELIGIÃO E TEOLOGIA

COORDENADOR DE ÁREA: FLÁVIO AUGUSTO SENRA RIBEIRO

COORDENADORA ADJUNTA DE ÁREA: MARY RUTE GOMES ESPERANDIO

COORDENADORA ADJUNTA DE PP: SANDRA DUARTE DE SOUZA

I. AVALIAÇÃO 2017 - CONSIDERAÇÕES GERAIS¹

A Área Ciências da Religião e Teologia, código 44, surgiu com a Portaria CAPES 174/2016, publicada no DOU de 13 de outubro de 2016, redesignada pela Resolução nº 01, de 04 de abril de 2017, publicada no Boletim de Serviço/CAPES – Edição Especial nº 1 - abril 2017.

Com 44 anos de existência, desde a criação do mais antigo Programa da Área, os Programas da atual área de Ciências da Religião e Teologia compunham, até outubro de 2016, a extinta área Filosofia/Teologia: subcomissão Teologia. A antiga área era formada por duas subcomissões. Além da subcomissão Teologia, havia a subcomissão Filosofia. A portaria acima mencionada criou as áreas de Filosofia e de Teologia, sendo esta renomeada, posteriormente, como Ciências da Religião e Teologia.

A Área desenvolve investigações que se orientam por abordagem de perfil multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar e abrange cursos de Mestrado Acadêmico, Doutorado e Mestrado Profissional em Ciência (s) da (s) Religião (ões) e em Teologia.

¹ Esta avaliação contou com a colaboração dos seguintes consultores e consultoras: Dilaine Soares Sampaio (UFPG); Douglas Rodrigues da Conceição (UEPA); Erico João Hammes (PUC RS); Flávio Augusto Senra Ribeiro (PUC Minas); Iuri Andreas Reblin (EST); Lucia Pedrosa de Pádua (PUC Rio); Marcelo Ayres Camurça Lima (UFJF); Mary Rute Gomes Esperandio (PUC PR); Sandra Duarte de Souza (UMESP); Silas Guerriero (PUC SP).

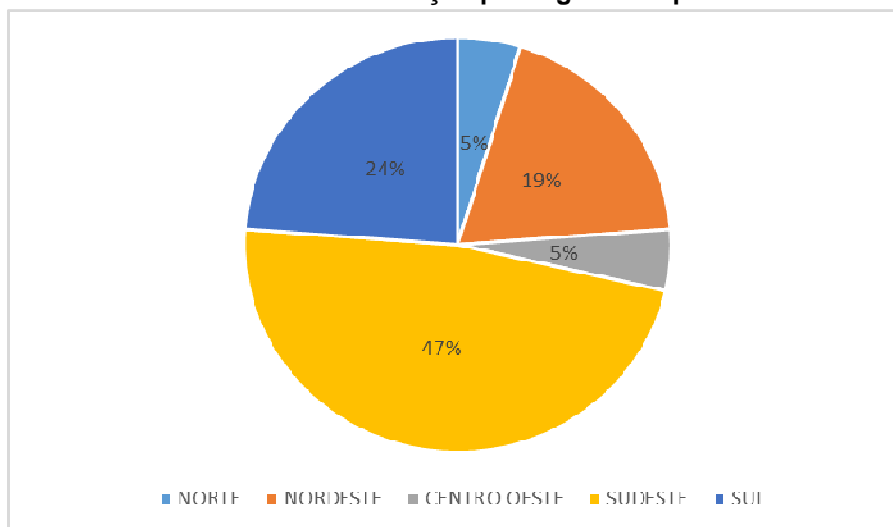
A Área Ciências da Religião e Teologia se subdivide em oito subáreas:

- ✓ Ciência da religião aplicada;
- ✓ Ciências da linguagem religiosa;
- ✓ Ciências empíricas da religião;
- ✓ Epistemologia das ciências da religião;
- ✓ História das teologias e religiões;
- ✓ Teologia fundamental-sistemática;
- ✓ Teologia prática;
- ✓ Tradições e escrituras sagradas.

Ao final do quadriênio 2013-2016, a Área Ciências da Religião e Teologia conta com 21 programas, distribuídos entre 12 programas de Ciência (s) da (s) Religião (ões) e 9 programas de Teologia. Destes, 3 programas são da modalidade profissional e 18 programas são da modalidade acadêmico².

A Área se faz presente em todas as regiões do país, embora se observe uma assimetria nas regiões Norte e Centro Oeste. Cada uma destas regiões possui um programa. A região Nordeste conta com 4 programas. A maior concentração de programas se observa nas regiões Sudeste e Sul, com 10 e 5 programas respectivamente.

Gráfico 1: Distribuição por regiões do país



Fonte: CAPES

² Na Avaliação Quadrienal 2017, o Programa de Pós-graduação em Teologia, da UNICAP, foi avaliado como clientela de acompanhamento, dado que foi implantado no ano de 2015.

Quanto à composição do corpo docente e do corpo discente, 388 docentes e 3238 discentes estiveram vinculados à Área de Ciências da Religião e Teologia no Quadriênio 2013-2016.

O processo da avaliação quadrienal seguiu o disposto no Regulamento da Avaliação Quadrienal 2017. Em particular, a Área priorizou, conforme descrito a seguir nas fichas de avaliação, um rigoroso e detalhado processo de análise dos programas, constituindo-se em processo classificatório e comparativo, preservando especificidades, pautando-se pelo conjunto de itens que formam os cinco quesitos das fichas de avaliação. As fichas de avaliação apresentam perfil padronizado e específico para programas profissionais e programas acadêmicos. Foi dada especial atenção para a capacidade de produção de conhecimento qualificado de docentes permanentes, de discentes e de egressos dos programas da área.

Importante realçar que o processo de avaliação não considera docentes, discentes e egressos isoladamente, mas o conjunto da proposta e da produção qualificada que o programa é capaz de desenvolver, consoante aos objetivos do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG).

O objetivo da avaliação processual visa garantir a qualidade dos programas e retratar o estado atual em que estes se encontram. Além disso, o processo da avaliação periódica permite o desenvolvimento da área em seu conjunto e de seus programas em particular. Dessa forma, o processo de avaliação fornece ao SNPG subsídios para a definição de políticas públicas no campo científico e acadêmico em vistas ao desenvolvimento da área de Ciências da Religião e Teologia no país.

A comissão da área procedeu inicialmente à apreciação das Propostas dos Programas em avaliação. Ao final desse processo, discutiu-se, caso a caso, segundo os aspectos e itens que compõem o quesito número 1 (um) das fichas de avaliação dos Programas acadêmicos e dos Programas profissionais. Este quesito não possui peso, mas é determinante para a compreensão adequada acerca do Programa em uma avaliação de perfil qualitativo. Este item é fundamental para a qualificação do Programa e deve evidenciar com clareza todos os aspectos e itens indicados no quesito em avaliação.

Na sequência, a comissão procedeu à apreciação dos dados dos quesitos 2 (dois) a 5 (cinco), considerando os dados disponibilizados na Plataforma Sucupira pelos Programas da Área. Estes dados geraram planilhas com indicadores e, em alguns casos, receberam tratamento de pessoal técnico especializado para favorecer o estabelecimento de médias e medianas da área, conforme poderá ser apreciado nos relatórios enviados aos Programas, assim como nos gráficos disponibilizados no último apartado do presente relatório.

Finalizada esta segunda etapa do processo, a comissão passou a discutir e a ponderar, acompanhando o disposto no Regulamento da Avaliação Quadrienal 2017 e em estrita observância do Documento de área, a atribuição dos conceitos e das notas segundo a escala de 1 (um) a 5 (cinco)³.

Destaque-se que a predominância do conceito R (regular), caracteriza um Programa com nota 3 e corresponde ao padrão mínimo de qualidade para a recomendação do Programa ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e conseqüente permanência no SNPG. A predominância do conceito B (bom), caracteriza um Programa com nota 4, devendo este conceito ser atribuído a pelo menos três quesitos e, obrigatoriamente, ser atribuído aos quesitos 3 e 4. A predominância do conceito MB em pelo menos quatro dos cinco quesitos, entre os quais obrigatoriamente terão que figurar os quesitos 3 e 4, caracteriza um Programa com nota 5.

A indicação das notas 6 (seis) e 7 (sete) constituiu o momento final dos debates, acompanhando o estabelecido no Regulamento da Avaliação Quadrienal 2017 e o disposto no Documento de Área.

Ao final dos trabalhos, a comissão procedeu à revisão técnica dos relatórios a serem enviados aos Programas. Nos relatórios a serem disponibilizados pela CAPES, além das justificativas para a atribuição dos conceitos a cada um dos itens e quesitos, os Programas poderão encontrar se há recomendação de visita, sugestões e recomendações da Área.

No item a seguir, pode-se aferir os itens e quesitos, com seus respectivos pesos, definições e comentários, tanto para os Programas com Mestrado Acadêmico e Doutorado, quanto para os Programas com Mestrado Profissional.

Os pesos e definições básicas de cada um dos itens e quesitos foram acordados pela área durante o Seminário de Acompanhamento, realizado na CAPES, em Brasília, em agosto de 2015. Na ocasião, os Programas da Área, representados por suas coordenações, puderam fazer um levantamento do estado atual de seu perfil e dos seus indicadores de produção. Além disso, puderam participar ativamente da definição dos critérios a serem utilizados na Avaliação Quadrienal 2017. O detalhamento e os comentários das fichas de avaliação que se seguem, levaram em consideração o que se definiu quanto a pesos e definições básicas do Documento de área anterior, sem provocar qualquer ruptura quanto ao que se vinha praticando ao longo do quadriênio 2013-2016.

³ Foi acordado que o/a consultor/a não permanecesse na sala onde se realizavam os trabalhos quando o Programa a que pertence estivesse em apreciação/discussão/avaliação.

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A “FICHA DE AVALIAÇÃO”

MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
<p>1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das Áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.</p>	<p>40%</p>	<p>Desenvolvimento do Programa tendo em vista a proposta inicialmente aprovada, sua evolução no quadriênio com eventuais mudanças de Área e/ou linhas de pesquisa, criação de novas disciplinas e como essas mudanças se articulam com a proposta geral do Programa.</p> <p>A proposta deve demonstrar coerência entre os objetivos do Programa e área (s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa, estrutura curricular e infraestrutura. Este item é trava condicional para a avaliação do Programa. Será avaliada a estrutura geral do Programa destacando a coerência entre o perfil do egresso desejado com a estratégia didático pedagógica e a coerência e dimensionamento das linhas e projetos de pesquisa em relação à (s) área (s) de concentração do Programa.</p> <p>Serão avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) coerência da proposta do Programa e a sua estruturação de desenvolvimento visando atender ao perfil do egresso desejado; 2) adequação, coerência e distribuição dos projetos de pesquisa com as respectivas Linhas de Pesquisa; 3) adequação, coerência e quantidade das disciplinas oferecidas em relação às linhas de pesquisa e Áreas de concentração; 4) consistência das ementas das disciplinas, coerência e a atualização das

		<p>respectivas bibliografias;</p> <p>5) presença de disciplinas de fundamentação teórica e metodológica e de estratégias de formação didático-pedagógicas;</p> <p>6) avaliação sobre a multidisciplinar e interdisciplinaridade do Programa.</p>
<p>1.2. Planejamento do Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da Área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da Área.</p>	<p>40%</p>	<p>Projeto de médio prazo do Programa com seus objetivos, prioridades e metas para o futuro, sobretudo quanto ao próximo quadriênio, considerando-se projetos de expansão, convênios, cooperação nacional e internacional.</p> <p>Os Programas devem estar atentos para o credenciamento de jovens doutores/as, bem como para a redução de assimetria por gênero. Também deve ser considerada a questão da interdisciplinaridade na composição dos Programas. Neste particular, a Área considerará o total da produção Docente Permanente (TPDP) do Programa sem contabilizar os jovens doutores/as (JD) no total de Docentes Permanentes (DP). A fórmula aplicada será (TPDP/DP-JD). São considerados jovens doutores/as as pessoas tituladas até sete anos antes do último ano avaliação quadrienal. Ex.: (2009-2016).</p> <p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <p>1) adequação das propostas do Programa às necessidades regionais, nacionais e internacionais;</p> <p>2) propostas para enfrentar os desafios da Área tanto em relação à formação de mestres e doutores quanto à produção de conhecimento;</p> <p>3) propostas de qualificação do corpo docente;</p> <p>4) formas e meios que o Programa pretende adotar para enfrentar os desafios da Área e atingir seus objetivos</p>

		<p>atuais e futuros;</p> <p>5) proposta de acompanhamento dos egressos com domínio do destino e ambiente de atuação profissional;</p> <p>6) planejamento de auto avaliação do Programa explicitando atividades desenvolvidas ao longo do quadriênio que esteja em consonância com os critérios de avaliação da Área na CAPES;</p> <p>7) apresentar processo atualizado de credenciamento e credenciamento docente do Programa visando a incorporação de novos docentes e o atendimento às metas de avaliação definidas pelo Programa.</p>
<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.</p>	<p>20%</p>	<p>Recursos disponíveis para ensino, pesquisa e extensão, sobretudo utilização de bases de dados da Área, tais como o Portal de Periódicos da Capes. É importante explicitar a existência de acervo bibliográfico adequado, atualizado e específico para a (s) área (s) de concentração e linhas de pesquisa do Programa, que seja fácil acesso ao usuário. Devem ser detalhados os procedimentos para o investimento em melhoria do acervo bibliográfico, recursos computacionais e infraestrutura geral do Programa. A existência de uma homepage do Programa e de sites de professores e de grupos de pesquisa será levada em conta. Programas consolidados e de referência devem ter suas homepages em espanhol e em inglês. Devem ser caracterizados os recursos humanos disponíveis para a administração do Programa. Deve ser demonstrada as dimensões e qualificação dos ambientes destinados ao trabalho de pesquisa, ensino e extensão de docentes/discentes.</p> <p>Serão avaliadas a existência, adequação e suficiência de:</p>

		<ol style="list-style-type: none"> 1) laboratórios com condições para a realização das pesquisas de dissertações e teses; 2) biblioteca que permita o acesso rápido às informações, acesso a bases de dados da Área, acervo atualizado em periódicos e livros; 3) recursos de informática disponíveis para discentes e docentes; 4) recursos próprios para a realização de atividades docentes e de orientação; 5) deve ser apresentado no relatório Coleta CAPES avaliação dos principais problemas de infraestrutura e as ações e estratégias para solucioná-los; 6) o relatório deve contemplar um plano de modernização da infraestrutura do Programa.
2 – Corpo Docente	20%	
<p>2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Formação e titulação do corpo docente coerente com a Área e a proposta do Programa, valorizando-se a interdisciplinaridade quando adequadamente relacionada às linhas e projetos de pesquisa e levando-se em conta o planejamento da renovação do quadro.</p> <p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) corpo docente composto por doutores com formação ou atuação na Área; 2) áreas de formação acadêmica dos Docentes Permanentes adequadas à Proposta do Programa com aderência às Áreas de concentração, linhas de pesquisa, e projetos de pesquisa; 3) áreas e a diversificação da formação do corpo docente adequadas e não endógenas;

		<p>4) nível de experiência do corpo docente, inclusive sua projeção nacional e internacional;</p> <p>5) estratégias e quantitativo de Docentes Permanentes com pós-doutorado com destaque aos que o fizeram neste quadriênio;</p> <p>6) a proporção de docentes com experiência no exterior (Professor visitante, pós-doutorado, doutorado pleno e sanduíche);</p> <p>7) capacidade de atração por parte do corpo docente de alunos para estágios pós-doutorais;</p> <p>8) participação de docentes nas condições de visitantes em outras IES nacionais e internacionais, de consultores técnico-científicos de instituições públicas, privadas e órgãos de fomento; de pareceristas, corpo editorial e editor de periódicos especializados nacionais e internacionais.</p>
<p>2.2. Adequação e dedicação dos Docentes Permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do Programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Adequação da atuação docente em ensino, pesquisa e extensão às atividades do Programa, sua (s) área (s) de concentração, linhas de pesquisa, grupos de pesquisa, projetos de pesquisa (incluindo participação em projetos financiados, preferencialmente por agências de fomento).</p> <p>1) o número mínimo de professores permanentes no Programa deve ser 8 (oito) para Mestrado Acadêmico e 10 (dez) para Doutorado;</p> <p>2) atuação do corpo Docente Permanente nas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, de orientação, de publicação e de formação de mestres e doutores;</p> <p>3) estabilidade do corpo Docente Permanente, considerando o impacto</p>

		<p>gerado nas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de orientação em função das possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes;</p> <p>4) adequação do percentual de Docentes Permanentes em tempo integral e com vínculo institucional (60% dos Docentes Permanentes);</p> <p>5) se a dinâmica do Programa revela dependência da atuação de docentes visitantes e colaboradores;</p> <p>6) capacidade de incorporação de novos Docentes Permanentes e a capacidade de incorporação de novos horizontes ao Programa.</p> <p>Obs. 1: Mantém-se o limite para o número de docentes colaboradores ou visitantes em até 20% do total de docentes, garantindo que a parcela majoritária, ou seja, no mínimo 80% das atividades de ensino, pesquisa e orientação estejam a cargo de Docentes Permanentes).</p> <p>Obs. 2: Os percentuais do total da produção dos docentes permanentes serão calculados excluindo os docentes permanentes recém-titulados (DPRT), definidos como aqueles que defenderam o doutorado em até sete anos antes do último ano da avaliação quadrienal. A produção dos DPRT, contudo, será considerada. O percentual de DPRT não deve ultrapassar o limite de 30% do quadro de docentes permanentes por quadriênio.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>40%</p>	<p>Todos os docentes devem participar de grupos de pesquisa, projetos de pesquisa (preferencialmente financiados por agências de fomento) e ministrar</p>

	<p>disciplinas. Deve haver equilíbrio na participação de docentes na orientação de teses e dissertações, evitando-se docentes sem orientação, a menos que justificado. A participação de docentes colaboradores e visitantes no corpo docente é desejável, sem significar dependência desses docentes para atividades de ensino e de orientação, portanto em número que não ultrapasse 20% do corpo docente.</p> <p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none">1) se a maioria das atividades de ensino, orientação e pesquisa está a cargo dos Docentes Permanentes;2) se todos ou a maioria dos Docentes Permanentes participam das atividades de ensino, orientação e pesquisa;3) se todos ou a maioria dos Docentes Permanentes coordenam ou participam de projetos de pesquisa (preferencialmente financiados por agências de fomento);4) se há um equilíbrio na distribuição das atividades de ensino, orientação e pesquisa entre os Docentes Permanentes. <p>Obs. 1: Por maioria entende-se 80% do total de docentes.</p> <p>Obs. 2: Será avaliada a proporção de Docentes Permanentes que apresentam o perfil de bolsista de produtividade em pesquisa excluindo os JD. Devem ser considerados, como diferencial do Programa:</p> <ol style="list-style-type: none">a) a capacidade do corpo Docente Permanente para captar recursos
--	---

		<p>financeiros (agências de fomento à pesquisa nacionais e internacionais; instituições pública e privada; ONGs, etc.) para a execução de projetos de pesquisa e/ou de extensão na área (s) de concentração e linhas de pesquisa do Programa;</p> <p>b) descrição dos projetos, período de duração, fonte financiadora e valores obtidos durante o período da avaliação;</p> <p>c) capacidade de captação de recursos de forma integrada nas IES em projetos de maior amplitude das agências de fomento, projetos temáticos e editais especiais de agências de fomentos estaduais, nacionais e internacionais;</p> <p>d) proporção de Docentes Permanentes com bolsa de produtividade em pesquisa, sendo considerado um diferencial na conceituação dos Programas.</p>
<p>2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a Área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.</p>	<p>10%</p>	<p>Valorização da formação do pesquisador/a desde a graduação, sobretudo quanto à Iniciação Científica (IC), orientação de monografias e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), etc.</p> <p>Devem ser considerados os seguintes aspectos:</p> <p>1) nível de envolvimento do corpo</p>

		<p>docente em disciplinas na graduação;</p> <p>2) nível de envolvimento do corpo Docente Permanente na orientação de IC e TCC a estudantes de graduação;</p> <p>3) inserção de estudantes de IC no Programa, aspecto que deve ser valorizado</p>
3 – Corpo Docente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo Docente Permanente e à dimensão do corpo docente.	15%	<p>Quantidade de dissertações e teses defendidas em relação ao ingresso de alunos e à dimensão do corpo docente.</p> <p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <p>1) compatibilidade do número de teses e dissertações concluídas com a dimensão do corpo Docente Permanente;</p> <p>2) compatibilidade do número de teses e dissertações defendidas com o número de alunos matriculados no período. O número de novos alunos e de alunos titulados deve possuir um fluxo contínuo, sem evidenciar represamento.</p>
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do Programa.	25%	<p>A distribuição deve ser equitativa entre os docentes do corpo permanente, relacionando-se à (s) área (s) de concentração e linhas de pesquisa. Levando em conta se há membros do corpo docente sem orientação ou com número inferior a 2 (dois) discentes. Esses casos, excepcionais, devem ser justificados.</p> <p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <p>1) se a maioria das teses e dissertações defendidas está a cargo dos Docentes Permanentes;</p>

		<p>2) se todos ou a maioria dos Docentes Permanentes apresentaram teses e dissertações defendidas;</p> <p>3) se há um equilíbrio na distribuição das teses e dissertações defendidas entre os Docentes Permanentes.</p>
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na Área) na produção científica do Programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à Área.</p>	<p>45%</p>	<p>Será dada especial atenção às várias formas de divulgação das pesquisas discentes e dos resultados de dissertações e teses através de artigos, livros e capítulos de livros, e participação discente em eventos. Premiação de teses e dissertações será levada em conta. Um indicador importante da qualidade é a composição das bancas que devem incluir especialistas na Área e membros externos ao Programa.</p> <p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <p>1) proporção de discentes e egressos-autores (titulados nos últimos 4 anos) com publicações em relação à dimensão do corpo discente;</p> <p>2) produção do corpo discente em eventos científicos: trabalhos apresentados, resumos em anais, dentre outros;</p> <p>3) qualidade da produção discente;</p> <p>4) vínculo das teses/dissertações com linhas e projetos de pesquisa;</p> <p>5) qualificação das bancas examinadoras bem como a diversidade de origem.</p> <p>Obs.: A produção dos egressos deve ser informada em até cinco anos após o ano da titulação.</p>

<p>3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.</p>	<p>15%</p>	<p>A referência é o tempo médio de titulação de 24 meses no mestrado (ME) e 48 no doutorado (DO), com possibilidades de prorrogação justificada e levando em conta, especialmente a relação com o número de orientandos por orientador. O número de orientandos não deve acarretar aumento do tempo de conclusão.</p> <p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) tempo mediano de titulação (ME = 24 meses e DO = 48 meses); 2) existência de bolsas de doutorado sanduíche; 3) fluxo de entrada e saída de discentes no Programa.
<p>4 – Produção Intelectual</p>	<p>35 %</p>	
<p>4.1. Publicações qualificadas do Programa por Docente Permanente.</p>	<p>50%</p>	<p>Classificação no Qualis periódicos em que artigos são publicados e classificação no Qualis livros (incluindo capítulos, verbetes e anais), segundo o instrumento de avaliação de livros da Área. É desejável que as publicações, no caso de artigos, concentrem-se nos estratos superiores (A1-B1) do Qualis periódicos e que, no caso de livros, capítulos e verbetes, se concentrem nos níveis superiores (L3 e L4). Publicação em Anais estão restritas aos estratos L1 e L2.</p> <p>Obs. 1: Pela atuação de seus docentes e discentes, o Programa deve demonstrar capacidade de produzir conhecimento novo na (s) sua (s) área (s) de concentração, observando os princípios de qualidade/relevância científica, regularidade e distribuição entre os pesquisadores.</p>

	<p>Obs. 2. Para quantificar a produção do Programa, os artigos completos publicados em periódicos serão contabilizados apenas uma vez, ou seja, os artigos em coautoria por mais de um docente do Programa são contabilizados apenas uma vez.</p> <p>Obs. 3. A qualidade da produção bibliográfica será aferida pelo Qualis periódicos e pelo Qualis livros da Área Ciências da Religião e Teologia, finalizados após o fechamento da coleta de dados no último ano do quadriênio. A participação de discentes da pós-graduação e/ou da graduação é reconhecida.</p> <p>Obs. 4. Será avaliado o quantitativo de produção qualificada do Programa (artigos publicados em Qualis B1 ou superior; livros, capítulos, verbetes em Qualis L3 ou superior).</p> <p>Obs. 5. Ponderação da produção intelectual, calculada pelo número de artigos, livros, capítulos, verbetes de Docentes Permanentes, considerando-se a média no quadriênio de acordo com a seguinte relação: (artigos/livros/capítulos/verbetes X peso relativo Qualis periódicos ou Qualis livros) / total de Docentes Permanentes no final de cada ano.</p> <p>Obs. 6. Serão avaliadas as produções de destaque indicadas de Programas com potencial nota 3 e 4. Para os Programas com potencial nota 5, 6 e 7 será avaliada a indicação da produção destacada, preferencialmente com a participação de discente/egresso, demonstrando a capacidade de formação de quadros qualificados para a Área. As publicações devem estar, preferencialmente, vinculadas a dissertações/teses. Recomenda-se que as publicações</p>
--	---

		<p>indicadas tenham a maior abrangência e diversificação possível entre membros do corpo Docente Permanente. Não serão contabilizadas mais de 2 (duas) publicações por Docente Permanente como protagonista dos artigos/livros. Este conjunto de artigos/livros selecionados pelos Programas será avaliado quanto a diversos indicadores, dentre eles: Qualis periódico/livro; índice bibliométrico (Índice H, pelo menos). Será valorado, adicionalmente, no âmbito da Área: relevância temática, caráter inovador da contribuição e potencial de impacto.</p>
<p>4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo Docente Permanente do Programa.</p>	<p>35%</p>	<p>Espera-se que todos os docentes publiquem no período, levando-se em conta a distribuição das publicações e a qualidade dos veículos.</p> <p>Para a análise da distribuição da produção serão contabilizados os artigos completos em periódicos, livros, capítulos, verbetes, comunicações em anais de eventos científicos, publicados.</p> <p>As publicações devem ser distribuídas de forma equilibrada entre Docentes Permanentes, de modo que pelo menos 80% destes tenham participação expressiva no conjunto das publicações.</p> <p>Será avaliado com destaque a distribuição de Docentes Permanentes com produção qualificada no quadriênio.</p>
<p>4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.</p>	<p>15%</p>	<p>Participação com apresentação e publicação de trabalho completo em Anais, participação em comitê executivo ou científico relativo a organização de eventos científicos, no país e no exterior (preferencialmente os financiados por agências de fomento nacionais e/ou internacionais), congressos de associações científicas da Área, simpósios, seminários e colóquios de alta representatividade e qualificação</p>

		acadêmica na Área); participação em bancas examinadoras de dissertações, teses e concursos; participação em comissões de agências de fomento ou avaliação e em comissões ou diretoria de associações científicas da Área; participação como membro de corpo editorial ou científico de periódicos científicos da base Qualis periódicos da Área; participação de comissão científica de editoras de livros da base Qualis livros da Área; pareceres e consultorias ad hoc, tradução para periódicos científico e livros da base Qualis da Área; organização de dossiê em periódicos da base Qualis da Área; organização de livros da base Qualis livros da Área; web site vinculado à página do Programa (preferencialmente associados aos grupos de pesquisa, Programas de rádio/TV; consultorias e assessorias em instituições públicas, privadas, associações, ONGs, etc. no âmbito da Área; material didático instrucional; relatórios de pesquisa; cursos de curta duração.
4.4. Produção Artística, nas Áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	-	-
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do Programa.	45%	Intercâmbios, convênios, projetos de cooperação, participação dos docentes em atividades sociais e extracurriculares, presença nos meios de comunicação social, ONGs, instituições públicas e privadas, associações, etc. Na inserção social busca-se a importância do Programa para o desenvolvimento local, regional e nacional em termos de formação de pesquisadores e de professores da educação superior, além da produção de conhecimento científico.

		<p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <p>1) Impacto educacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> - contribuição para a melhoria do ensino fundamental, médio, graduação, e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino e formação na Área; - palestras e ações de divulgação do conhecimento produzido pela Área para o público em geral; - integração e cooperação com escolas de educação básica, instituições públicas e privadas, associações, ONGs, etc., com vistas ao seu desenvolvimento; - organização de atividades para formação e reciclagem de professores de educação básica, do ensino superior, de recursos humanos em instituições públicas e privadas, associações, ONGs, etc.; - desenvolvimento de material didático e de formação para a educação básica, para formação de professores e para a formação de recursos humanos em instituições públicas e privadas, associações, ONGs, etc.; - foco nos problemas locais, regionais e nacionais; <p>2) Impacto social:</p> <ul style="list-style-type: none"> - formação de recursos humanos qualificados de forma a contribuir para a qualidade de vida a redução da dívida social e para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento produzido pela Área;
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à Área de</p>	<p>35%</p>	<p>Importância de formação de redes de Programas integrados no país e no exterior; promoção e participação em Procads, Minter e Dinter; oferta de cursos</p>

<p>conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.</p>	<p>de extensão e de especialização (lato sensu); participação em projetos envolvendo educação e religião, sobretudo no âmbito da educação básica; interação da pós-graduação com outros níveis de ensino.</p> <p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none">1) envolvimento e cooperação com IES, centros de pesquisa e outros Programas de pós-graduação do país ou do exterior, mediante intercâmbios efetivos e projetos colaborativos;2) participação em projetos de cooperação entre Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou para o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas com menor participação da Área;3) estratégias que favoreçam a mobilidade de docentes e discentes entre Programas de diferentes IES;4) participação de docentes e discentes do Programa com atividades em outros Programas bem como o número efetivo de discentes e docentes de outros Programas com atividades no Programa;5) participação de docentes do Programa em redes de pesquisa interinstitucionais;6) publicações conjuntas de docentes do Programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa;7) Parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a Área;8) Solidariedade com Programas menos consolidados;
--	--

		<p>9) Estratégias de internacionalização: envio de alunos ao exterior para sanduíches; recebimento de discentes estrangeiros para estágios e sanduíches;</p> <p>10) Seminários de Docentes Permanentes no exterior;</p> <p>11) Participação de Docentes Permanentes como Editores e como membros de Corpo Editorial de periódicos do exterior, como organizadores de eventos científicos internacionais e como membros de comitês de eventos internacionais.</p>
<p>5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo Programa a sua atuação.</p>	<p>20%</p>	<p>Importância da divulgação, incluindo a homepage do Programa, e do acesso a informações sobre o curso tais como, Programas de disciplinas e cursos, divulgação de eventos, trabalhos de alunos e professores.</p> <p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <p>1) manutenção de página Web para a divulgação atualizada de dados de interesse da comunidade sobre seleção, atuação e produção acadêmica;</p> <p>2) será considerando a existência da página Web atualizada com informações detalhadas e com versões em português, inglês e espanhol, especialmente para os Programas com potencial notas 6 e 7</p> <p>3) garantia de amplo acesso a teses e dissertações, pela Web, conforme a Portaria CAPES No 13/2006, que torna obrigatória essa providência.</p> <p>4) Desenvolvimento de atividades de popularização da ciência e de divulgação que amplie a visibilidade e a apropriação da comunidade do potencial do</p>

		Programa.
--	--	-----------

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da (s) área (s) de concentração, linha (s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à (s) área (s) de concentração proposta (s), linha (s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, Áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área.
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	- Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC no 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial

		<p>sobre Mestrado Profissional).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Examinar se o Corpo Docente atua em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D&I) nas Áreas de concentração do Mestrado Profissional.
<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos Docentes Permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. - Examinar a carga horária de dedicação dos Docentes Permanentes no Programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7o da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009: “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial. ”
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	20%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do Programa entre os Docentes Permanentes.
<p>3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão</p>	30%	
<p>3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do Programa.</p>	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período. - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número

		de docentes do Programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40%	- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	30%	- Examinar a aplicabilidade do trabalho de Mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
4 – Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por Docente Permanente.	40%	- Examinar o número total de publicações do Programa no quadriênio.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	20%	- Examinar o número total da produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras: - Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). Artigos publicados em periódicos técnicos. Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor. Elaboração de protocolos, normas ou Programas. Consultoria ou assessoria técnica. Produtos técnicos. Protótipos. Patentes. Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da Área.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo Docente Permanente do Programa.	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os Docentes Permanentes do Programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do Programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do Programa.

5 – Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa.	30%	<p>- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal etc.), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados</p>

		<p>para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da Área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na Área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p> <p>j) outros impactos considerados pertinentes pela Área: Poderão ser incluídas outras dimensões de impacto consideradas relevantes e pertinentes, respeitando suas especificidades e dinamismos, e que não foram contempladas na lista acima.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>30%</p>	<p>- Examinar a participação em Programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma Área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>

<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à Área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>20%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a participação em convênios ou Programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; - a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; - a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
<p>5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.</p>	<p>20%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, a qual poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo Programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação. - Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º da Portaria CAPES nº 13/2006).

III. CONSIDERAÇÕES SOBRE:

- QUALIS PERIÓDICOS
- QUALIS ARTÍSTICO*
- CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS*
- CLASSIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO TÉCNICA*

* quando pertinente

3.1 QUALIS PERIÓDICOS⁴

3.1.1 HISTÓRICO:

Em julho de 2016, a partir de dados inseridos na Plataforma Sucupira, a DAV/CAPES disponibilizou para a área uma planilha com o total de 461 títulos de periódicos desunificados para atualização da classificação do Qualis Periódicos 2013-2016.

A coordenação de área formou uma comissão *ad hoc* formada por 10 consultores/as, com representação de vários programas do país. Foi levada em consideração a diversificação regional, por gênero, por nota do PPG, por formação ou atuação em Teologia ou Ciência (s) da (s) Religião (ões), por perfil de IES públicas e privadas/comunitárias. A maior parte dos consultores foi composta por membros do Fórum de Editores da Área. Também houve a participação de um representante do Conselho Científico da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE).

Dentre os membros da comissão *ad hoc*, a coordenação de área constituiu uma comissão central, chamada comissão CAPES, formada pela coordenação de área e por duas consultoras, membros do Fórum de Editores. A comissão CAPES foi a responsável por validar a versão final do Qualis Periódicos da Área.

⁴ A comissão responsável pela conclusão do Qualis da área Ciências da Religião e Teologia para o quadriênio 2013-2016 foi formada por Flávio Augusto Senra Ribeiro (PUC Minas); Sandra Duarte de Souza (UMESP); Alex Villas Boas Oliveira Mariano (PUC PR); Frederico Piepper Pires (UFJF) e Irene Dias de Oliveira (PUC Goiás). Em outras etapas, também colaboraram: Dilaine Soares Sampaio (UFPB), Remí Klein (EST) e Gilbraz Aragão (UNICAP). A área contou ainda com conselheiros *ad hoc* na preparação do Qualis periódicos, tais como: Mary Rute Gomes Esperandio (PUC PR), Paulo Agostinho Nogueira Baptista (PUC Minas); Manoel Ribeiro de Moraes Júnior (UEPA) e Érico João Hammes (PUC RS).

3.1.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO:

A comissão CAPES procedeu à unificação dos periódicos, chegando-se ao número de 395 títulos para a classificação final. Houve uma redução de 66 títulos de periódicos (14,3%) com a unificação. A unificação consistiu em identificar um mesmo identificador (ID) para periódicos repetidos, ISSN impresso e online, periódicos com títulos levemente alterados no registro e periódicos com publicação em mais de um idioma.

Cada consultor/a recebeu um número de aproximadamente 40 periódicos para analisar conforme as orientações do documento Qualis Periódicos da área. Pela primeira vez foi considerada a utilização de índices bibliométricos, tendo sido utilizado o *Índice H* do *Google Scholar*. Também foram utilizados outros índices bibliométricos, provenientes de indexadores disponibilizados pela CAPES (*JCR*, *Cites/doc.*, *SJR*, *Scielo*, etc.), para avaliação de periódicos internacionais ou nacionais que têm registro de seu fator de impacto.

Considerando a pouca tradição da área em referenciar a sua análise de periódicos a partir de índices bibliométricos, foi necessário criar um índice ponderado para que os periódicos com maior incidência de publicações não fossem prejudicados pelo maior IH ou fator de impacto de revistas estrangeiras ou nacionais indexadas e com fator de impacto medido. O *Índice H Ponderado de Ciências da Religião e Teologia* (IHPCRT) foi criado e aplicado em todos os periódicos da área sem fator de impacto medido pelos principais indexadores nacionais e internacionais, procurando medir, dessa forma, a repercussão do periódico na área.

O primeiro passo foi calcular o *IH* do periódico no aplicativo *Publish or Perish/Google Scholar*.

O segundo passo foi multiplicar o TAAP - Total de artigos da área publicados pelo IH, obtido no aplicativo *Publish or Perish* e dividi-lo pelo TPAPP - Total de programas da área que publicaram no periódico.

A fórmula utilizada foi a seguinte:

$$\text{IHPCRT} = \frac{\text{TAAP} \times \text{IH}}{\text{TPAPP}}$$

Os números obtidos indicaram um estrato provisório para cada um dos periódicos, conforme quadro a seguir:

ESTRATO	PESO	IHPCRT	PERCENTUAIS	
A1	100	≥ 11	≤ 12%	≤ 50%
A2	85	Entre 7-10,9	≤ 13%	
B1	70	Entre 4-6,9	≤ 25%	
B2	50	3 – 3,9	≤ 50%	
B3	35	2 – 2,9		
B4	20	1 – 1,9		
B5	10	0 – 0,9		
C	Zero	0	Zero	
NPC	Zero	0	Zero	

Figura 1: Pesos e percentuais

Para concluir o processo, no terceiro e último passo, cada consultor/a deveria verificar, segundo uma análise qualitativa, segundo os critérios do documento Qualis Periódicos da Área, o estrato correspondente.

O trabalho de cada consultor/a foi validado por um segundo consultor/a. Em alguns casos, a comissão procedeu a uma terceira validação.

3.1.3 CRITÉRIOS:

Definição básica de periódico:

Entende-se por periódico um dos tipos de publicações seriadas, que se apresenta sob a forma de revista, boletim, anuário etc., editada em fascículos com designação numérica e/ou cronológica, em intervalos pré-fixados (periodicidade), por tempo indeterminado, com a colaboração, em geral, de diversas pessoas, tratando de assuntos diversos, dentro de uma política editorial definida, e que é objeto de Número Internacional Normalizado (ISSN). (Fonte: NBR 6021 da ABNT).

Portanto, o primeiro passo da avaliação dos periódicos e da produção referente aos programas de pós-graduação da Área Ciências da Religião e Teologia,

para efeitos de sua classificação, aferirá, como critérios básicos, a regularidade da publicação a esse conceito básico, ou seja:

- ser veículo de divulgação de pesquisa acadêmica;
- ter editor responsável;
- ter conselho editorial;
- ter ISSN;
- apresentar normas de submissão;
- ter periodicidade e regularidade.

Os periódicos a serem classificados a partir do estrato B4 deverão atender aos seguintes critérios:

- informar o meio de publicação, impresso e/ou eletrônico, com a clara informação sobre o (s) respectivo (s) ISSN;
- apresentar Foco/Escopo e Missão do Periódico e sua filiação institucional;
- registrar os membros dos Conselhos/Comissões (Editorial e/ou Científico), identificando as suas filiações institucionais;
- apresentar a Política Editorial, com informação sobre:
 - ⇒ as seções e suas políticas;
 - ⇒ descritores;
 - ⇒ critérios e orientações de submissão, avaliação e normalização;
 - ⇒ periodicidade;
 - ⇒ indexação;
 - ⇒ critérios éticos e sobre plágio e retratação;
 - ⇒ política de acesso;
 - ⇒ formas de contato;
- publicar o expediente e a ficha catalográfica;
- apresentar a nominata no último número do volume/ano, com a relação dos avaliadores e suas filiações institucionais, informação indispensável para aferir o processo de avaliação por pares;
- informar sobre a (s) chamada (s) para publicação, com prazos e condições;
- ter um padrão de qualidade da arte da capa e da diagramação dos textos;
- informar em cada texto publicado os dados básicos: Título abreviado do periódico, Cidade, vol., n., período de publicação, páginas; data de submissão e aprovação, dados de titulação e filiação institucional; país de origem, e-mail para contato; tipo de texto (artigo, resenha, comunicações, entrevista...).

Considerada a especificidade dos periódicos estrangeiros, subsidiariamente, deverão ser levados em consideração os índices bibliométricos e indexadores de padrão internacional, para fins de cálculo do IH disponibilizados pelo *Google Scholar* e pelo aplicativo *Publish or Perish*, Tais índices deverão ser comparados aos dos periódicos nacionais à discricção da Comissão. A área possui um número limitado de periódicos científicos indexados nas principais bases consideradas para cálculos de indicadores bibliométricos (*Scopus, Web of Science, JCR, Scielo etc.*).

Estrato A1

Periódico que atende às exigências dos estratos anteriores e que se destaca pela reconhecida tradição na Área pelo padrão internacional, pela relevância dos indexadores, no mínimo 3 (três) indexadores nacionais e 3 (três) internacionais, com periodicidade mínima semestral ou, preferencialmente, quadrimestral. Deverá ter a publicação acima de 20 (vinte) artigos por volume, dos quais 80% (oitenta por cento) de autores vinculados a pelo menos 7 (sete) instituições diferentes da que edita o periódico, com indicação da afiliação institucional, e publicar por volume no mínimo 6 (seis) artigos submetidos por autores estrangeiros, além de possuir o *DOI - Digital Object Identifier*.

Para a alocação de periódico nacional no estrato A1, a Comissão levará em conta, além das condições superiores aos periódicos do estrato A2, a periodicidade e regularidade, o mérito, a qualidade do conjunto de artigos publicados, o grau de internacionalização e a repercussão na Área, medido pelo IH ponderado da área (IHPCRT) igual ou superior a 11. Por internacionalização entende-se a publicação regular de artigos em língua estrangeira e a submissão de artigos por autores estrangeiros.

Estrato A2

Periódico que atende às exigências dos estratos anteriores e que se destaca pela reconhecida tradição na Área, pelo padrão internacional, pela qualidade dos indexadores, no mínimo 2 (dois) indexadores nacionais e 2 (dois) internacionais, com periodicidade mínima semestral. Deverá ter a publicação de pelo menos 20 (vinte) artigos por volume, dos quais 70% (setenta por cento) de autores vinculados a pelo menos 6 (seis) instituições diferentes da que edita o periódico, com indicação da afiliação institucional, e publicar por volume no mínimo 4 (quatro) artigos submetidos por autores estrangeiros, além de possuir o *DOI - Digital Object Identifier*.

Para a alocação de periódico nacional no estrato A2, a Comissão levará em conta, além das condições superiores aos periódicos do estrato B1, a

periodicidade e regularidade, o mérito, a qualidade do conjunto de artigos publicados, o grau de internacionalização e a repercussão na Área, medido pelo IH ponderado da área (IHPCRT) entre 7 – 10,9. Por internacionalização entende-se a publicação regular de artigos em língua estrangeira e a submissão de artigos por autores estrangeiros.

Estrato B1

Periódico publicado por programa de pós-graduação *stricto sensu*, sociedade científica de âmbito nacional ou internacional com reconhecimento na Área, instituição de pesquisa ou que seja publicado com apoio da CAPES, CNPq ou de fundação de direito público ou privado mediante avaliação por pares, utilizando-se do sistema *blind review* (single ou double), ou apresentar reconhecida avaliação por pares, referendada pela nominata. Deverá ter a publicação mínima semestral, com pelo menos de 18 (dezoito) artigos por volume, dos quais 60% (sessenta por cento) de autores vinculados a pelo menos 5 (cinco) instituições diferentes da que edita o periódico com indicação da afiliação institucional, publicação de dossiê, além de 2 (duas) indexações nacionais e possuir o DOI - *Digital Object Identifier*.

Para a alocação de periódico nacional no estrato B1, a Comissão levará em conta, além das condições superiores aos periódicos do estrato B2, a periodicidade e regularidade, o mérito, a qualidade do conjunto de artigos publicados, o grau de internacionalização e a repercussão na Área, medido pelo IH ponderado da área (IHPCRT) entre 4 – 6,9.

Estrato B2

Periódico publicado por programa de pós-graduação *stricto sensu*, sociedade científica de âmbito nacional ou internacional com reconhecimento na Área, instituição de pesquisa ou que seja publicado com apoio da CAPES, CNPq ou de fundação de direito público ou privado mediante avaliação por pares, referendada pela nominata. Deverá ter a publicação mínima semestral, com pelo menos de 14 (quatorze) artigos por volume, dos quais 50% (cinquenta por cento) de autores vinculados a pelo menos 4 (quatro) instituições diferentes da que edita o periódico, com indicação da afiliação institucional, e 2 (duas) indexações nacionais.

Para a alocação de periódico nacional no estrato B2, a Comissão levará em conta, além das condições superiores aos periódicos do estrato B3, a periodicidade e regularidade, o mérito, a qualidade do conjunto de artigos publicados e a repercussão na Área, medido pelo IH ponderado da Área (IHPCRT) entre 3 – 3,9.

Estrato B3

Periódico publicado por programa de pós-graduação *stricto sensu*, sociedade científica de âmbito nacional ou internacional com reconhecimento na Área, instituição de pesquisa ou que seja publicado com apoio da CAPES, CNPq ou de fundação de direito público ou privado, mediante avaliação por pares, referendada pela nominata. Deverá ter a publicação mínima semestral, com pelo menos 12 (doze) artigos por volume, dos quais 30% (trinta por cento) de autores vinculados a pelo menos 3 (três) instituições diferentes da que edita o periódico, com indicação da afiliação institucional, e 1 (uma) indexação nacional.

Para a alocação de periódico nacional no estrato B3, a Comissão levará em conta, além das condições superiores aos periódicos do estrato B4, a periodicidade e regularidade, o mérito, a qualidade do conjunto de artigos publicados e a repercussão na Área, medido pelo IH ponderado da Área (IHPCRT) entre 2 – 2,9.

Estrato B4

Periódico publicado por programa de pós-graduação *stricto sensu*, sociedade científica de âmbito nacional ou internacional com reconhecimento na Área, instituição de pesquisa ou que seja publicado com apoio da CAPES, CNPq ou de fundação de direito público ou privado mediante avaliação por pares, referendada pela nominata. Deverá ter a publicação mínima semestral, com pelo menos 10 (dez) artigos por volume, dos quais 20% (vinte por cento) de autores vinculados a pelo menos 2 (duas) instituições diferentes da que edita o periódico, com indicação da afiliação institucional, e 1 (uma) indexação nacional.

Para a alocação de periódico nacional no estrato B4, a Comissão levará em conta, além das condições superiores aos periódicos do estrato B5, a periodicidade e regularidade, o mérito, a qualidade do conjunto de artigos publicados e a repercussão na Área, medido pelo IH ponderado da área (IHPCRT) entre 1 – 1,9.

Estrato B5

Periódico que atende simplesmente às exigências básicas próprias da publicação científica da Área, conforme indicado nos estrados acima, com periodicidade semestral.

Estrato C

Enquadra-se no estrato C periódico que não atende às boas práticas editoriais, tendo como referencial os critérios disponíveis na COPE (publicationethics.org) e/ou não atende aos critérios dos estratos de A1 a B5.

NPC

Enquadra-se nesta definição veículos que não atendem à definição de periódico científico, tais como magazines, diários, anais, folhetos, conferências e quaisquer outros que se destinam à divulgação. Além disso, poderão ser enquadrados registros informados de forma equivocada pelos programas e veículos que não atendem aos critérios dos estratos de A1 a C.

3.1.4 OBSERVAÇÕES:

1) A área se utilizou de índices bibliométricos para subsidiariamente aferir a qualidade dos periódicos, considerado o IH do Google Scholar dos últimos cinco anos.

A área calculou o IH ponderado, cujo resultado se obtém pela multiplicação do número total de artigos da área publicados no periódico (TAPP) pelo IH, dividindo-se esse resultado pelo número total de programas da área que publicam no periódico (TPAPP).

A partir da base SJR para os últimos cinco anos, considerada a área *Religious Studies* e considerados os percentuais $A1 < A2$; $A1 + A2 = 25\%$; $A1 + A2 + B1 = 50\%$, chegou-se ao IHPCRT $A1 \geq 11$; $A2 = 7 - 10,9$; $B1 = 4 - 6,9$; $B2 = 3 - 3,9$; $B3 = 2 - 2,9$; $B4 = 1 - 1,9$; .

A área salienta que reconhece os diversos indexadores nacionais e internacionais, e suas exigências distintas para aceitação dos periódicos, o que afere distintos padrões de qualidade aos mesmos. Tal distinção foi considerada para a classificação dos periódicos a elas indexados, como informação adicional ao processo de avaliação. Esta consideração se justifica pelo fato da área Ciências da Religião e Teologia possuir um número limitado de periódicos científicos indexados nas principais bases consideradas para cálculos de indicadores bibliométricos (*Scopus*, *Web of Science*, *JCR*, *Scielo* etc.), motivo pelo qual se optou pelo IH ponderado para a área (IHPCRT) como critério mínimo para aferição objetiva da qualidade do periódico.

2) Os critérios aqui adotados para avaliação de publicações em periódicos destinam-se à análise de programas de pós-graduação e são inadequados para avaliação individual de pesquisadores.

3) A área recebeu o pedido de reconsideração de classificação dos seguintes periódicos: Atualidade Teológica; Estudos Bíblicos; Études; Fragmentos de cultura; Journal of Latin American Theology: Christian Reflections from the Latino South; Paralellus; Perspectiva Teológica; Reflexão; Reflexus; Rever; Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP; Revue theologique de Louvain; Theologische Impulse der Missionsakademie e Via Teológica.

Por indicação do Programa de Pós-Graduação em Teologia da FAJE, a revista *Études* foi reconsiderada a respeito do seu perfil. Após considerar os critérios estabelecidos pelo Documento de área, e tendo em conta a flexibilização das exigências para periódicos estrangeiros, verificou-se a inexistência de elementos básicos para sua classificação como periódico científico. Dentro dos aspectos identificados elenca-se: ausência de indexadores; ausência de DOI; ausência de normas de submissão e avaliação. Diante disso a comissão reclassificou o periódico como NPC.

Também por pedido de reconsideração do mesmo programa, a *Revue theologique de Louvain* foi reavaliada. O periódico atende a vários critérios da área, considerando também a flexibilização das exigências para periódicos estrangeiros. Um ponto de destaque é sua presença nos melhores indexadores internacionais (Scopus, Thomson Scientific Links, ERIH PLUS, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences, Index Theologicus Tübingen, EBSCO, Web of Science). Diante disso, a comissão reclassificou o periódico, entendendo que este responde aos critérios do estrato A2.

Ainda em atendimento ao pedido de reconsideração do PPGT da FAJE, a Revista *Perspectiva Teológica* foi reavaliada e a comissão concluiu que o periódico atende os critérios Qualis A1, considerando, dentre outros aspectos, o IHPCRT 28,58.

O Programa de Pós-Graduação de Ciências da Religião da Faculdade Unida solicitou a reconsideração de dois periódicos internacionais, nos quais foram publicados artigos de alguns docentes do PPG em 2016, a saber, *Theologische Impulse der Missionsakademie* e *Journal of Latin American Theology: Christian Reflections from the Latino South*. No que se refere ao primeiro, a comissão, utilizando o software *Publish or Perish* (versão 5.28.1.6296) conforme orientação CAPES, não identificou indicação de fator de impacto ($i-h = 0$) e avaliou que ele não atende aos critérios dos estratos A1 a B5, sendo, portanto,

classificado no estrato C. No que se refere ao segundo periódico, sua avaliação não pôde ser realizada devido à ausência do mesmo na planilha extraída da Plataforma Sucupira. Ainda por solicitação do programa, a Revista *Reflexus* foi reavaliada. Considerando os ajustes realizados pelo PPG após a avaliação de 2016, conclui-se que o periódico atende os critérios Qualis para a classificação no estrato B1. Por um equívoco no lançamento realizado pela comissão, esta informação não foi alterada na planilha e apenas poderá constar na próxima atualização do Qualis periódicos da área. No entanto, internamente, a área orienta que se deva considerar o Qualis da Revista *Reflexus* como B1.

O Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUC Rio solicitou a reconsideração do periódico *Atualidade Teológica*. A comissão constatou que o periódico acompanha os critérios de classificação B1, considerando, dentre outros aspectos, o IHP CRT 6,3. Em sua solicitação, o PPG indicou índice H superior ao apontado pela comissão, porém o recálculo (utilizando o software *Publish or Perish* versão 5.28.1.6296) confirmou o IH anterior. Apesar da reclassificação em função do IHP CRT, a comissão recomenda fortemente a continuidade da redução de endogenia no processo de avaliação por pares, visto que isto pode comprometer avaliações posteriores.

O Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UNICAP solicitou a reconsideração de dois periódicos, a saber, *Paralellus* e *Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP*. No que se refere ao primeiro, a comissão constatou que o periódico realizou os ajustes recomendados na avaliação de 2016, e atende os critérios Qualis para a classificação no estrato B1. No que se refere ao segundo, a comissão julgou, conforme orientação do documento de área, que o periódico acompanha os critérios Qualis de classificação no estrato B3, considerando estar presente unicamente em um indexador. Ademais, ressalta-se que o indexador indicado na página do periódico, não foi identificado. Isso, a rigor, a reclassificaria no estrato B5. A comissão procedeu à busca nas bases de dados e identificou uma indexação que não consta na página do periódico (*Latindex*). A partir disso, recomenda-se fortemente que os indexadores sejam corretamente visibilizados no veículo.

O Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC GO solicitou a reconsideração da classificação da Revista *Fragmentos de Cultura*. A comissão considerou que o periódico acompanha os critérios Qualis de classificação no estrato B3, considerando estar presente unicamente em um indexador, conforme orientação do documento de área. Ademais, ressalva-se que um dos indexadores indicados pelo PPG se trata especificamente de um repositório de dados de uma universidade.

O Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC Campinas solicitou a reconsideração da classificação da Revista *Reflexão*. A comissão considerou que o periódico acompanha os critérios Qualis de classificação no estrato B3, considerando estar presente unicamente em um indexador, conforme orientação do documento de área. Contudo, o indexador indicado pela revista não foi encontrado (<http://road.issn.org/>), o que a rigor a reclassificaria em B5. A comissão procedeu à busca nas bases de dados e identificou uma indexação que não consta na página do periódico (Latindex), e com isso, recomenda fortemente que os indexadores sejam corretamente visibilizados no veículo.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da PUC SP solicitou a reconsideração da Revista *Rever*. A comissão concluiu que o periódico atende a alguns critérios Qualis A1, destacando-se o IHP CRT 24,9. Contudo, até o fechamento dos trabalhos da Comissão, o acesso à Nominata não estava disponível na página da Revista. Decidiu-se, portanto, em observância ao que estabelece o documento de área, pela manutenção da classificação do periódico no estrato A2. A área recomenda que o periódico seja ainda mais rigoroso quanto à revisão técnica dos artigos que publica.

O Programa de Pós-Graduação em Teologia da FABAPAR solicitou a reconsideração da Revista *Via Teológica*. A comissão, com base no documento de área, concluiu que o periódico, devido aos ajustes realizados pelo PPG após a avaliação de 2016, atende os critérios Qualis para a classificação no estrato B5.

Por solicitação de pedido de reconsideração do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUC PR, a revista *Estudos Bíblicos*, foi reavaliada a respeito do seu perfil. Após considerar os critérios estabelecidos pela área, a comissão concluiu que o periódico não cumpre os critérios mínimos estabelecidos para sua classificação, permanecendo a decisão anterior (NPC).

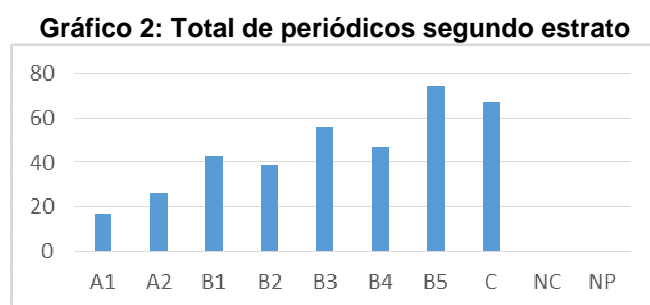
3.1.5 RESULTADOS:

Após a classificação de todos os periódicos, foi obtido o seguinte resultado:

Quadro de Distribuição		
Estrato	Total	Total em %
A1	17	4,6%
A2	26	7,0%
B1	43	11,6%
B2	39	10,5%
B3	56	15,1%
B4	47	12,7%
B5	75	20,3%
Total (A1 à B5)	303	81,9%
C	67	18,1%
NC	0	0,0%
NP	0	0,0%
Total Geral	370	100,0%

Figura 2: Qualis periódicos 2013-2016

Os resultados podem ser melhor visualizados no gráfico a seguir:



Fonte: CAPES

Foram considerados como não periódicos um total de 112 títulos (23%).

3.1.6 ENCAMINHAMENTOS E SUGESTÕES:

1. Esclarecimentos quanto aos critérios utilizados para o rebaixamento da classificação dos periódicos em atraso:

Foram classificados como “não-periódicos” aqueles cuja última publicação ocorreu há doze meses ou mais. Os periódicos cujo atraso é inferior a doze meses foram classificados no estrato C. Importante informar que não foram considerados em atraso periódicos semestrais cujo número referente ao primeiro semestre ainda não foi disponibilizado, ou periódicos quadrimestrais cujo número referente ao segundo quadrimestre ainda não foi disponibilizado.

2. Revisão do critério de avaliação do ano de 2015 referente à confirmação da classificação de periódicos de outras áreas:

Os periódicos de outras áreas, que anteriormente tinham sua classificação reproduzida pelos avaliadores e avaliadoras da área de Ciências da Religião e Teologia, foram analisados de acordo com os critérios estabelecidos pela área Ciências da Religião e Teologia, e não mais de acordo com os critérios de classificação da área de conhecimento predominante do periódico.

3. Problemas no cálculo do *Índice H*

A comissão registrou problemas quanto ao uso do *Publish or Perish* para o cálculo do Índice H. Houve diferença entre os cálculos apresentados pelos avaliadores e o recálculo realizado pela comissão. Em um dos casos, um dos consultores calculou o IH de um periódico simultaneamente com outra consultora, e, ao final, chegaram a resultados distintos. Esta fragilidade fortalece o entendimento de que a área deve investir fortemente os seus esforços na indexação das revistas dos PPGs em indexadores de qualidade, internacionalmente reconhecidos para o cálculo do fator de impacto. Além disso, a produção de qualidade deverá ser remetida a periódicos que atendam a este critério de indexação reconhecida e de qualidade.

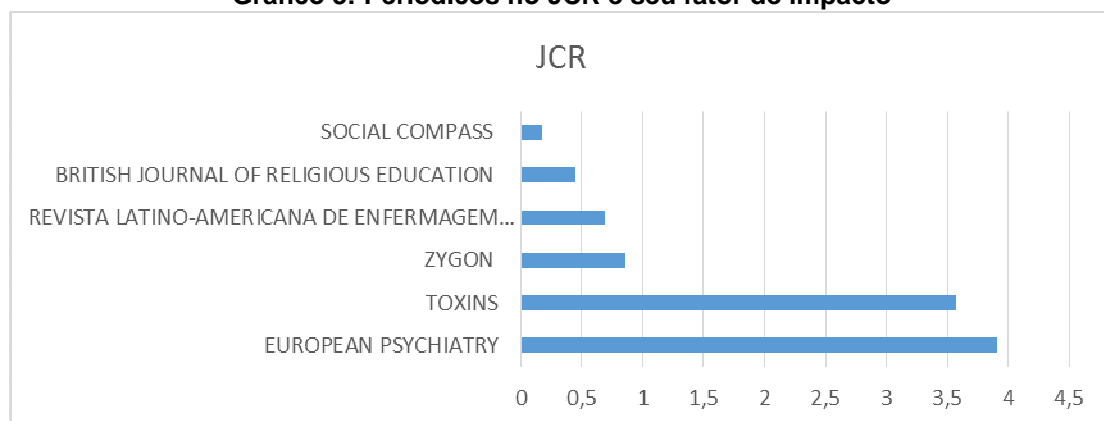
4. Sobre a indexação qualificada

Observa-se que a área 44 publica muito pouco em periódicos com indexação qualificada. A maior parte dos periódicos vinculados a PPGs da área não possui indexação de qualidade. Não obstante, pode-se identificar um número razoável de periódicos disponíveis nas melhores bases e indexadores. Os programas de pós-graduação da área 44, não apenas devem procurar obter melhor indexação e fator de impacto para suas revistas, assim como devem orientar a docentes e discentes que procurem alocar a sua produção em veículos com estas características.

No quadriênio, a área publicou dez artigos distribuídos em seis periódicos indexados no JCR, ou seja, apenas 2% dos periódicos que veicularam parte da

produção da área. 40% dessa produção está vinculada ao periódico com maior fator de impacto. Observe-se que na maioria dos casos se trata de periódicos predominantemente de outras áreas de avaliação.

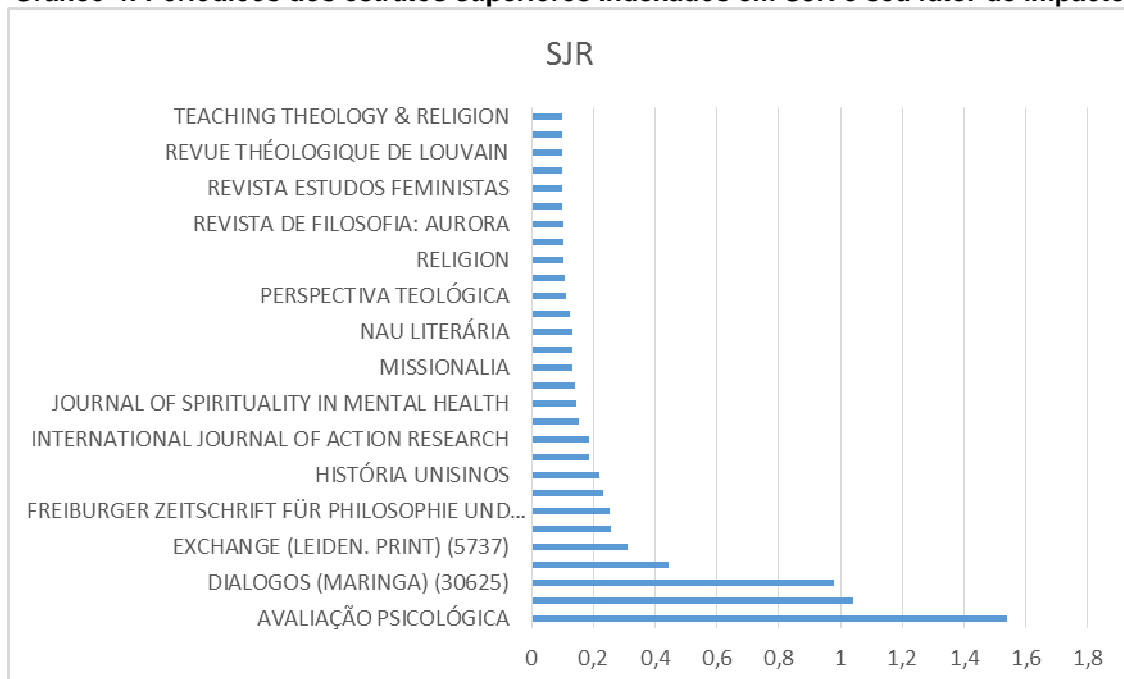
Gráfico 3: Periódicos no JCR e seu fator de impacto



Fonte: CAPES

Trinta periódicos que publicam artigos da área estão indexados em SJR, o que corresponde a 8%. No quadriênio, esse vínculo implica na indexação de cento e oito artigos publicados. No gráfico abaixo, informa-se os periódicos dos estratos superiores que estão em SJR.

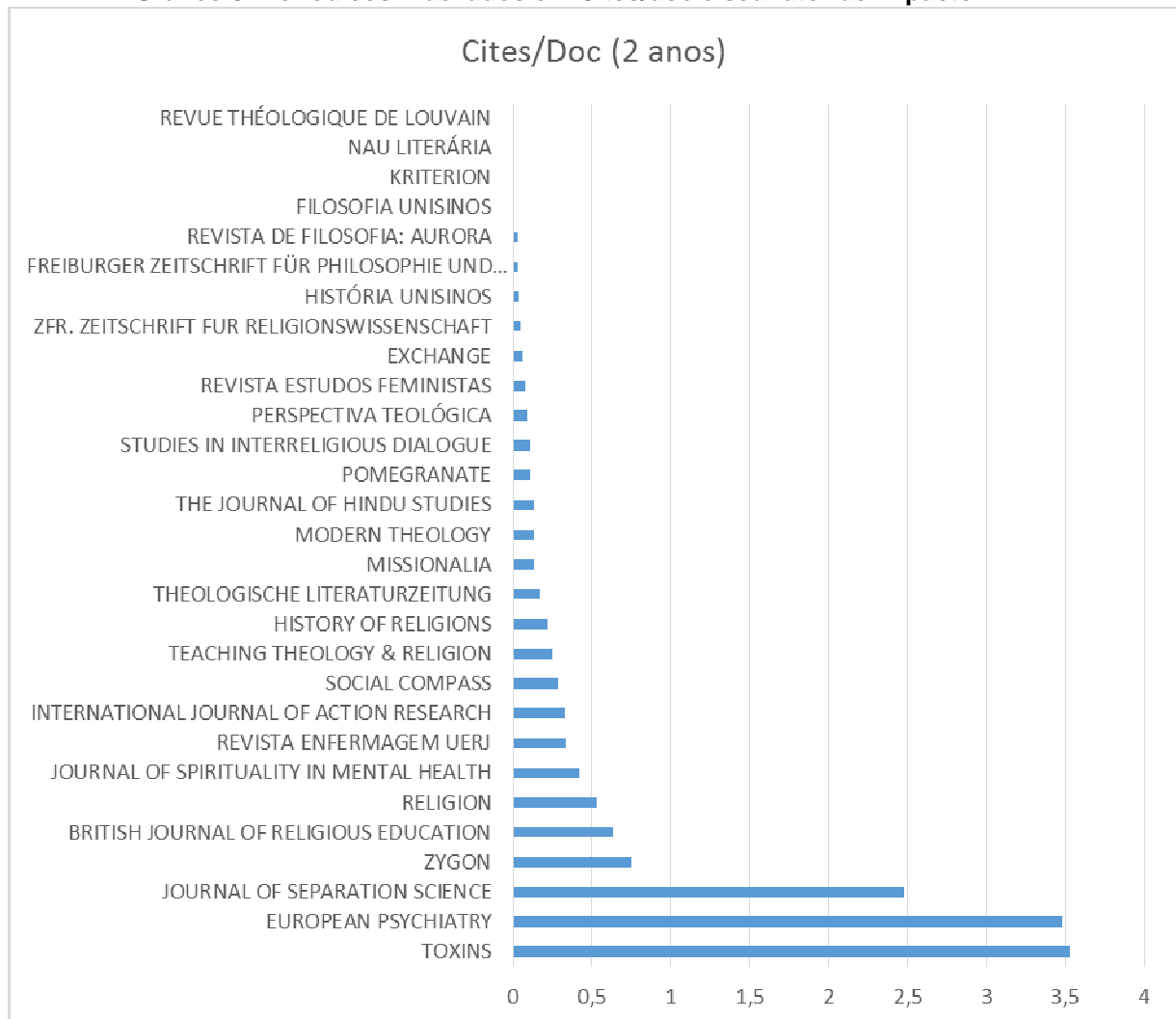
Gráfico 4: Periódicos dos estratos superiores indexados em SJR e seu fator de impacto



Fonte: CAPES

No indexador Cites/Doc, foi possível identificar a presença de vinte e nove periódicos, 8%, que receberam, no total, cento e quatorze artigos da área.

Gráfico 5: Periódicos indexados em Cites/doc e seu fator de impacto

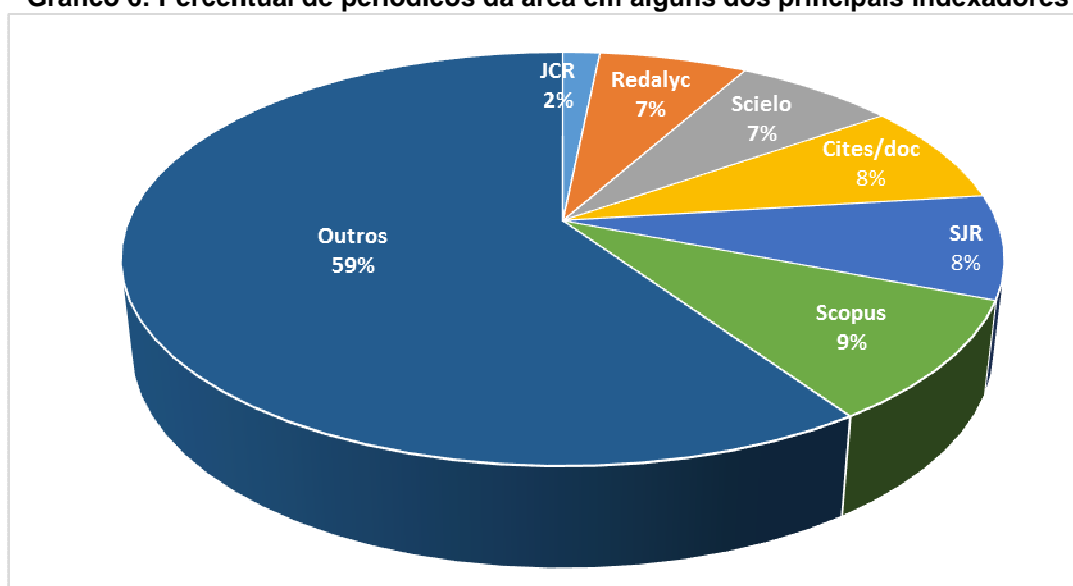


Fonte: CAPES

É discreta a presença dos periódicos que veiculam a produção da área em indexadores de destaque, sendo que muitos deles têm produção predominante em outras áreas de avaliação. Este dado reforça o esforço que a área deve fazer no quadriênio (2017-2020) para alocar a sua produção em periódicos com indexadores de qualidade. Destaque-se que os periódicos vinculados aos PPGs devem buscar estar melhor indexados. A recomendação da comissão é de que os próximos processos de classificação considerem com maior destaque este quesito de avaliação, o que poderá provocar uma significativa

alteração no cenário atual, em especial nos veículos alocados nos estratos superiores do qualis da área.

Gráfico 6: Percentual de periódicos da área em alguns dos principais indexadores



Fonte: Capes

5. Aspectos a serem considerados no próximo processo de avaliação

A área deve se preparar melhor para o processo de avaliação das revistas em formato exclusivamente impresso. Nestes casos, sugere-se que os PPGs mantenham um arquivo com a versão digitalizada das informações editoriais do volume/ano em que o artigo foi publicado no periódico. Este arquivo poderá ser solicitado pela comissão.

Reforça-se a orientação do item anterior, relativo à indexação, como meta a ser enfrentada no quadriênio 2017-2010.

3.2 QUALIS ARTÍSTICO

Não se aplica

3.3 CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS⁵

O processo de classificação de livros da área 44 – Ciências da Religião e Teologia seguiu os procedimentos indicados no documento “Considerações sobre classificação de livros” da área.

Foram considerados para efeito de avaliação e de classificação de livros: obras integrais, coletâneas, dicionários ou enciclopédias, traduções de obras clássicas e de referência para a área, anais (texto completo), desde que seu conteúdo traduzisse a natureza científica da produção.

Os livros didáticos destinados ao ensino fundamental, médio e superior foram computados como livro, tendo sido classificados como L1 ou L2.

As reedições/reimpressões não foram consideradas; as edições revistas e ampliadas foram reavaliadas. Reedições/reimpressões, a partir da segunda, deverão ser informadas como parte do impacto social do Programa.

Em caso de tradução de obras nacionais para outros idiomas foram pontuadas a versão nacional e uma das versões traduzidas e publicadas no exterior. As demais traduções deverão ser informadas no quesito internacionalização do Programa⁶.

Foram considerados, para efeitos de classificação e avaliação, os dados das obras inseridos na Plataforma Sucupira.

A classificação de livros se deu em duas etapas.

Etapa 1:

Autoavaliação pelos PPGs, a partir da planilha consolidada com dados extraídos da Plataforma Sucupira, tendo em mãos os exemplares das obras indicadas. Nesta etapa, com base nos critérios do documento de área, os PPGs indicaram, com a devida justificativa, as obras com características adequadas aos estratos L1, L2, L3 e L4, respeitando, para cada ano de avaliação do quadriênio, os percentuais definidos abaixo⁷.

⁵ Comissão Capes para classificação de livros da área foi formada por Claudete Beise Ulrich (FUV); Cristiano Camilo Lopes (Mackenzie); Fernanda Lemos (UFPB); Flávio Augusto Senra Ribeiro (PUC Minas); Geraldo Luiz De Mori (FAJE); Ricardo Bitum (suplente / Mackenzie); Lauri Wirth (UMESP); Luiz Carlos Susin (PUC RS); Maria Teresa de Freitas Cardoso (PUC Rio); Mary Rute Gomes Esperandio (PUC PR); Matthias Grenzer (PUC SP); Nilo César Batista da Silva (UFS); Rudolf Eduard von Sinner (EST); Sandra Duarte de Souza (UMESP); Sylvana Maria Brandão de Aguiar (UFPE/UNICAP) e Zuleica Dantas Pereira (UNICAP).

⁶ Traduções a partir de um segundo idioma foram registradas como LNC.

⁷ Os percentuais estão registrados na planilha Excel remetida aos PPGs. Nos casos em que o programa não demonstrou, em sua produção anual, um quesito avaliado como L4, a comissão ampliou o percentual L3 a 20%. A comissão recomenda que, no momento da autoavaliação, os PPGs já identifiquem os itens LNC (livros não classificáveis). Após este procedimento, o PPG deverá aferir os percentuais para os estratos L1 a L4.

Para os produtos autoavaliados como L1 e L2, os PPGs enviaram a planilha correspondente, acompanhada da comprovação digitalizada em arquivo PDF ou informação do link para acesso eletrônico da produção relatada, identificada pelo número da obra conforme indicação na planilha. Foram consideradas como necessárias as seguintes informações para cada produto: a) capa; b) ficha catalográfica, conselho editorial; c) sumário; d) introdução, apresentação e/ou prefácio; e) informação sobre autores/as; f) página inicial e final do produto. Não foram aceitos quaisquer outros formatos de comprovação dessa produção⁸.

Para os produtos autoavaliados como L3 e L4, os PPGs enviaram a planilha correspondente acompanhada da comprovação física da produção ou link para acesso eletrônico da produção relatada, identificado pelo número da obra conforme indicação na planilha.

Etapa 2:

Esta etapa foi dividida em duas fases:

a) Fase 1:

- Validação dos dados referentes aos estratos L1 e L2 por comissão de classificação *ad hoc*⁹. Coube à comissão aferir as informações prestadas pelos PPGs, a adequação dos percentuais e os dados informados na Plataforma Sucupira, aplicados os critérios do documento de área, com atribuição da nota correspondente.

b) Fase 2:

- Validação dos dados referentes aos estratos L3 e L4 por comissão de classificação de livros. Coube à comissão aferir as informações prestadas pelos PPGs, a adequação dos percentuais e os dados informados na Plataforma Sucupira, aplicados os critérios do documento de área, com análise das justificativas apresentadas e aferição dos exemplares físicos ou digitais das obras enviadas, com atribuição da nota correspondente.
- Homologação da classificação das notas atribuídas nas fases 1 e 2 e inserção na Plataforma Sucupira.

Para a avaliação da produção bibliográfica do quadriênio 2013-2016, a área distribuiu a sua produção segundo a proporção a seguir:

⁸ As obras que não puderam ter esses elementos identificados não puderam ser avaliadas. Aplicou-se, nesses casos, o estrato LNC.

⁹ Em função do calendário da Quadrienal 2017 houve uma identificação entre comissão CAPES (presencial) com a comissão *ad hoc* (trabalho remoto na semana anterior). Exceção foi a participação, como conselheiros *ad hoc*, dos Prof.s Douglas Rodrigues da Conceição (UEPA) e Joe Marçal Gonçalves dos Santos (UFS).

- L1 ≤ 50% da produção anual
- L2 ≤ 30% da produção anual
- L3 ≤ 15% da produção anual
- L4 ≤ 05% da produção anual

Todas as obras foram avaliadas quanto aos aspectos formais e de conteúdo.

Quanto aos aspectos formais foram seguidos os seguintes quesitos e percentuais.

ASPECTOS FORMAIS	PERCENTUAL
1. Qualidade ou reputação da editora Tradição ou catálogo na área de avaliação Qualificação de seu Conselho Editorial Processo de revisão por pares Capacidade de Distribuição das obras que edita	15%
2. Editoração Dados sobre autores (filiação, trajetória, etc.) Sumário Índices remissivos Apresentação e/ou prefácio/posfácio Qualidade gráfica ou visual	15%
3. Reconhecimento da obra pela comunidade Financiamento por agências de fomento Premiação Livro de referência em cursos ou editais Resenhas críticas em periódicos científicos	10%
4. Natureza da obra e da autoria Considera a natureza da obra: Coleção, Dicionário, Obra única, Enciclopédia, Coletânea, Tradução e Obra didática. Considera a composição da autoria: única; autores/as de diferentes IES nacionais; autores/as de centros nacionais e internacionais, etc.	60%

Figura 3 – Aspectos formais e percentuais para a classificação de livros

Quanto à avaliação do conteúdo foram considerados três quesitos:

1. relevância temática,
2. caráter inovador da contribuição e
3. potencial de impacto.

Para cada um dos quesitos, foram considerados os seguintes pontos:

Relevância: contribuição para o desenvolvimento científico da área; contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes; atualidade da temática; clareza e

objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; rigor científico (estrutura teórica); precisão de conceitos, terminologia e informações; senso crítico no exame do material estudado; bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; qualidade das ilustrações, linguagem e estilo.

Inovação: originalidade na formulação do problema de investigação; caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas.

Potencialidade do Impacto: circulação e distribuição prevista; língua da publicação; tradução, reimpressão ou reedição; possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele, resenhas, citação em editais e/ou referências de componentes curriculares.

A classificação dos livros nos níveis L1 a L4 foi estabelecida pela pontuação atribuída aos aspectos formais, tipo e natureza da obra e avaliação de conteúdo.

Além dos quatro estratos que foram utilizados para estabelecer pontos na avaliação da produção intelectual dos programas, aplicou-se o estrato LNC - sem pontuação - para aquelas obras consideradas não classificáveis pelas comissões de avaliação.

Os estratos superiores da classificação - L3 e L4 - foram reservados para as obras de maior relevância no desenvolvimento científico da área para a formação de mestres e doutores.

Os capítulos/verbetes foram considerados tendo por unidade de referência o livro no qual foram publicados. A soma dos capítulos/verbetes, em uma mesma coletânea, não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral para fins de avaliação da produção do Programa, conforme decisão do CTC-ES/CAPES. Isso quer dizer que, em uma coletânea, no máximo três capítulos de autoria de integrantes de um mesmo Programa foram considerados para efeito de avaliação. Além disso, um autor poderia pontuar, no máximo, dois capítulos incluídos na obra avaliada¹⁰.

Editoria/organização de obra deve ser considerada trabalho técnico e, portanto, foi classificada como LNC.

Itens identificados como introdução, apresentação, prefácio ou posfácio, mesmo em obras avaliadas em estratos superiores, foram classificadas como L1.

¹⁰ A comissão não discriminou qualquer obra, seja por conteúdo ou por autor, procedendo à inserção do estrato correspondente ao limite aqui estabelecido. Quando ultrapassado o limite, a comissão aplicou o estrato LNC. Para Anais, vide nota 9.

A comissão de classificação de livros seguiu a seguinte definição para identificação dos estratos para avaliação de livros:

L4 = Obras de relevância e potencialidade de impacto atestadas por especialistas da área - do Brasil ou do exterior - e que representem efetiva inovação para o campo do conhecimento da área.

Foram alocados neste estrato até 5% da produção bibliográfica anual de obras integrais ou coletâneas que revelaram clara unidade teórico-metodológica com muito boa relevância, inovação e potencialidade de impacto¹¹.

L3 = Todas as obras que atendam aos critérios explicitados nos estratos inferiores¹², que tenham sido selecionadas para serem enviadas a pareceristas ad hoc, podendo ser classificadas em estratos superiores.

As obras foram indicadas pelos Programas para apreciação da Comissão de Avaliação de Livros segundo indicadores como esforço editorial, estrutura geral da obra, premiação, apresentação ou prefácio/posfácio de pesquisador/a reconhecido/a na área, resenha crítica, inserção em coleções renomadas, qualidade da editora, indicação em processos seletivos e em referências de componentes curriculares na área.

Considerados esses aspectos, foram alocados nesse estrato até 15% da produção de obras integrais ou coletâneas, dicionários e enciclopédias que revelem clara unidade teórico-metodológica com boa relevância, inovação e potencialidade de impacto.

L2 = Obras constantes nas planilhas extraídas da Plataforma Sucupira cujos dados foram aferidos por comissão ad hoc, podendo ser consideradas:

Obras integrais/coautoria, coletâneas ou volumes de coleções de divulgação e/ou didáticas, segundo indicadores como qualidade editorial, estrutura geral da obra, qualidade da editora;

Obras oriundas de teses de doutorado, exceto as que, tendo sido selecionadas, mediante exame das características da obra pela Comissão de Avaliação de Livros, possam ser classificadas em estrato superior;

Obras integrais/coautoria originais com foco claramente definido e com contribuições teóricas e/ou metodológicas pertinentes à área;

¹¹ A comissão decidiu que dicionários, compêndios e enciclopédias não poderiam ultrapassar o estrato L3. O motivo deveu-se ao impacto provocado na distribuição da produção pelos estratos.

¹² A comissão destaca que a listagem contida na descrição dos estratos inferiores (L1 e L2) não permite que apresentações/prefácios/posfácios, assim como obras didáticas e textos completos em anais sejam avaliados nos estratos superiores.

Obras integrais originais com foco claramente definido e com contribuições teóricas e/ou metodológicas pertinentes à área, traduzidas para outro idioma;

Traduções de obras clássicas e/ou de referência para área, com notas e/ou aparato crítico;

Coletâneas de um ou vários autores com foco claramente definido e justificado na apresentação;

Coletâneas de vários autores de pelo menos três programas diferentes na área, com no máximo 1/3 (um terço) de capítulos de um mesmo programa;

Trabalhos completos publicados em anais¹³ (*proceedings*) ou organização de anais de congressos de sociedades científicas nacionais e internacionais (ANPTECRE e afins) ou de Congressos/Simpósios/Seminários/Colóquios Nacionais e Internacionais promovidos por IES e/ou PPGs da área e/ou áreas afins, com público igual ou superior a 400 inscritos, ou, ainda, Seminários Internacionais com participação restrita de membros com qualidade destacada pela relevância, inovação e impacto da produção;

Enciclopédias, dicionários ou compêndios organizados por pesquisadores ou associações científicas com reconhecimento na área.

Poderiam ser alocados neste estrato até 30% da produção bibliográfica anual.

L1 = Apresentações, prefácios, posfácios; obras integrais ou coletâneas sem foco claramente definido; sem corpus determinado; que sejam mera junção de artigos; ou coletâneas agregando pesquisadores/as de um mesmo programa.

Obras integrais, coletâneas ou volumes de coleções, de caráter didático e/ou de divulgação, exceto as que, possam ser classificadas em estrato superior.

Obras oriundas de dissertações de mestrado, exceto as que possam ser classificadas em estrato L2.

Obras oriundas de teses de doutorado, exceto as que possam ser classificadas em estrato superior.

Trabalhos completos publicados em anais (*proceedings*) ou organização de anais de Congressos/Simpósios/Seminários/Colóquios Nacionais e Internacionais promovidos por IES e/ou PPGs da área e/ou áreas afins, com público inferior a 400 inscritos ou decorrentes de eventos acadêmico-científicos de caráter local e regional¹⁴.

¹³ Vide nota 9.

¹⁴ A comissão orienta que a produção em anais passe a ser considerada no Qualis Eventos a partir do novo quadriênio (2017-2020). Para o atual quadriênio, reforça-se que, assim como no caso da produção em livros/capítulos/verbetes, a pontuação ficou restrita a três participações por programa em um mesmo evento/anais.

Foram alocados neste estrato até 50% da produção bibliográfica anual.

Obs. 1: Obra didática é produção intelectual de caráter pedagógico, dirigida para a formação de profissionais ou discentes de educação básica, graduação ou de pós-graduação.

Obs. 2: Obra de divulgação é produção intelectual de caráter informativo, dirigida ao público em geral, visando tornar disponíveis os conhecimentos da área.

LNC = Livro não classificável. Produtos que preenchem as condições estabelecidas pela definição de livro, mas que não se adequam aos critérios explicitados para a classificação nos estratos L1-L4.¹⁵

Quando lançados no sistema, os estratos conferem a seguinte pontuação aos PPGs

ESTRATO	OBRA COMPLETA/COLETÂNEA, ENCICLOPÉDIA, DICIONÁRIO	CAPÍTULO/VERBETE
L4	400/360	120
L3	280/252	84
L2	140/126	42
L1	40/36	12
LNC	0	0

Figura 4 – Pontuação nos estratos da Classificação de livros

A área explicita que foi utilizada uma correspondência com o percentual do Qualis periódicos, a saber, L4 = 4 x A1; L3 = 4 x B1; L2 = 4 x B3; L1 = 4 x B5

Para a pontuação de Coletânea, aplicou-se a redução de 10% da pontuação da obra completa

A pontuação para Capítulo/Verbetes na obra corresponde ao valor da coletânea dividido por 3, pois o máximo que cada programa pontua neste tipo de obra está limitado a 3 capítulos por obra.

A área apresenta os seguintes valores da produção bibliográfica, considerados os itens avaliados nos estratos L1-L4:

2013 – 352
2014 – 426
2015 – 582
2016 – 426
Total – 1.786

¹⁵ Conforme descrito acima, o estrato LNC - sem pontuação – se aplicou também aos casos em que faltaram comprovação e quanto ocorreu uma extrapolação dos limites de participação em coletâneas ou anais.

O valor total da produção bibliográfica, considerados os itens avaliados como LNC chega a 3405 itens

Quanto ao tipo de produção, a área produziu:

Apresentação, Introdução, Prefácio, Posfácio – 255

Capítulo – 1.972

Verbetes – 145

Obra completa – 1.033

Aferidos os dados totais (LNC e L1-L4), os percentuais de avaliação da área são os seguintes:

LNC – 1619 – 48%

L1 – 887 - 26%

L2 – 595 - 17%

L3 – 291 - 9%

L4 – 13 – 0,4%

Principais considerações sobre a produção em livros da área.

1. Elementos para o relatório do Qualis Livros

Consistência e clareza das informações – os PPGs ainda têm o desafio de informarem de maneira mais detalhada a sua produção, em relação ao registro correto e completo das informações no Lattes (responsabilidade do(da) docente); ao preenchimento das fichas de avaliação, nas quais, de forma geral, não havia justificativa consistente para a classificação em estratos superiores, ou se indicava o produto como obra completa quando se tratava de coletânea; à comprovação da publicação (uma parte significativa dos produtos relatados não tinha qualquer comprovação sendo classificados como LNC). Além disso, em alguns casos os produtos relatados nas fichas eram inexistentes na planilha.

Da valorização da produção docente e discente - os PPGs devem valorizar a produção de seu quadro docente, bem como devem estar atentos também à produção discente e de egressos (até cinco anos da titulação)

Sobre o processo de avaliação – a comissão destacou o melhor refinamento do processo de avaliação quanto à transparência, ao acesso integral às planilhas, ao trabalho em dupla de avaliação de cada PPG.

Sugestões para ajuste futuro nos critérios de classificação de livros - repensar o teto classificatório de obra didática, pois particularmente em relação a programas profissionais, esse tipo de obra é importante.

2. Considerações sobre preenchimento das informações

Foram detectadas informações em duplicidade, apontando a necessidade de “limpeza” nas informações fornecidas (Lattes deve ser devidamente preenchido pelos docentes, a fim de evitar esse tipo de problema);

Observou-se produção de docentes que não foram informadas, trazendo prejuízo aos próprios programas (A planilha gerada pela Plataforma Sucupira tem como base as informações fornecidas pelos programas. Isto aponta a necessidade de atenção na atualização do Lattes dos docentes);

Informações fornecidas nas Fichas de Autoavaliação devem ser devidamente acompanhados de comprovação, quer sejam em pdf, quer sejam através da obra física;

Observou-se inconsistência entre a Ficha de Autoavaliação e a documentação de comprovação apresentada;

Informar adequadamente: Lattes, Sucupira, Planilha com identificação e documentos comprobatórios;

Proporção muito grande de LNC em praticamente todos os Programas: não observância dos critérios na ficha de autoavaliação dos livros em relação à proporcionalidade dos estratos; produção bibliográfica não classificável nos critérios dos estratos, descritos no Documento sobre Classificação de Livros; proporção de participação de docentes de um mesmo PPG (3 docentes) em uma mesma obra; proporção de um mesmo autor em uma mesma obra (2 capítulos).

3. Aspectos a serem considerados para a avaliação quadrienal

Foi detectada a dificuldade dos programas em atender ao mínimo percentual de produção para classificação em estratos superiores. Observou-se que parte deste problema pode estar relacionado ao número mínimo de docentes para o funcionamento de mestrado 8 e doutorado 10. Talvez a média de 12 docentes por PPG ajude a minimizar a pressão sobre a produção em livros.

3.4 CLASSIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO TÉCNICA

Não se aplica

IV. FICHA DE AVALIAÇÃO		
IV.1 - PROGRAMAS ACADÊMICOS		
Quesitos / Itens	Peso	Avaliação
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	<p>MB: articulação entre área(s), linhas de pesquisa, projetos e proposta curricular claramente consolidada, permitindo avaliar a capacidade e formação do programa.</p> <p>B: articulação entre área(s), linhas de pesquisa, projetos e proposta curricular clara, permitindo avaliar a capacidade e formação do programa, porém ainda em vias de consolidação, por exemplo, em programas novos.</p> <p>R: articulação entre área(s), linhas de pesquisa, projetos e proposta curricular clara, porém ainda com alguns pontos em que essa articulação não permite avaliar a consolidação (por exemplo, mas não exclusivamente) em programas novos.</p> <p>F: pouca articulação entre área(s), linhas de pesquisa, projetos e proposta curricular, sem permitir avaliação adequada neste item.</p> <p>I: articulação entre área(s), linhas de pesquisa, projetos e proposta curricular insuficiente ou inadequada.</p>
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	40%	<p>MB: Planejamento com metas muito bem definidas, evidenciando o empenho do programa na consolidação de seus objetivos e permitindo avaliar os resultados já obtidos e indicando perspectivas futuras de desenvolvimento.</p> <p>B: Planejamento com metas</p>

	<p>definidas, evidenciando empenho do programa na consolidação de objetivos e permitindo avaliar resultados já obtidos.</p> <p>R: Planejamento com metas definidas, porém ainda com alguns pontos em que essa definição não evidencia claramente o empenho do programa na consolidação de seus objetivos, não permitindo avaliar bem os resultados já obtidos, sem indicar claramente perspectivas futuras de desenvolvimento.</p> <p>F: Planejamento com metas ainda não definidas, sem evidenciar claramente o empenho do programa na consolidação de seus objetivos e não permitindo avaliar os resultados já obtidos.</p> <p>I: Ausência de planejamento adequado sem permitir a avaliação dos itens previstos.</p>
<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.</p>	<p>20%</p> <p>MB: Infraestrutura sobretudo de acervo bibliográfico, recursos computacionais e espaço de pesquisa, permitindo um desempenho de alto nível às atividades do programa.</p> <p>B: Infraestrutura sobretudo de acervo bibliográfico, recursos computacionais e espaço de pesquisa, permitindo um bom desempenho às atividades do programa.</p> <p>R: Infraestrutura sobretudo de acervo bibliográfico, recursos computacionais e espaço de pesquisa, permitindo um desempenho adequado às atividades do programa.</p> <p>F: Infraestrutura sobretudo de acervo bibliográfico, recursos computacionais e espaço de pesquisa inadequada às atividades do programa.</p> <p>I: Ausência de infraestrutura</p>

		sobretudo de acervo bibliográfico, recursos computacionais e espaço de pesquisa.
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	20%	<p>MB: corpo docente com expressiva maioria (mais de 70%) com grande experiência docente e em pesquisa (mínimo 10 anos), com formação em grandes centros na área no Brasil ou no exterior, e adequada às áreas e linhas de pesquisa do programa.</p> <p>B: corpo docente em sua maioria (mais de 50%) com expressiva experiência docente e em pesquisa, formação em grandes centros na área no Brasil ou no exterior e adequada às áreas e linhas de pesquisa do programa.</p> <p>R: corpo docente com experiência docente e em pesquisa e formação adequada às áreas e linhas de pesquisa do programa.</p> <p>F: corpo docente com reduzida experiência docente e em pesquisa e sem formação adequada às áreas e linhas de pesquisa do programa.</p> <p>I: corpo docente sem experiência docente e sem formação adequada às áreas e linhas de pesquisa do programa.</p>
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	30%	<p>MB: corpo docente com adequação e dedicação às atividades de pesquisa e formação do programa que possibilitem a obtenção de metas de excelência.</p> <p>B: corpo docente com adequação e dedicação às atividades de pesquisa e formação do programa que possibilitem a obtenção adequada de suas metas.</p> <p>R: corpo docente com adequação e dedicação às atividades de pesquisa e formação do programa que possibilitem a realização de suas principais metas.</p> <p>F: corpo docente com adequação e dedicação insuficientes às atividades</p>

		de pesquisa e formação do programa. I: corpo docente sem adequação e dedicação às atividades de pesquisa e formação do programa.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	40%	MB: distribuição equilibrada das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa. B: distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre a maioria (mais de 50%) dos docentes do programa. R: distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre cerca de 30% dos docentes do programa. F: distribuição inadequada das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa (menos de 30%). I: distribuição insuficiente das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa para a realização de seus objetivos.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	10%	MB: contribuição de pelo menos 80% dos docentes em atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação. B: contribuição de pelo menos 50% dos docentes em atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação. R: contribuição de pelo menos 30% dos docentes em atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação. F: sem contribuição dos docentes em atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação. I: contribuição insuficiente dos docentes em atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação.
3 – Corpo Docente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo docente.	15%	MB: acima de 80% de teses e dissertações defendidas no período de avaliação adequadas à dimensão do corpo docente permanente e do corpo docente. B: entre 50% e 80% de teses e dissertações defendidas no período de avaliação adequadas à dimensão

		<p>do corpo docente permanente e do corpo discente. R: entre 30% e 50% de teses e dissertações defendidas no período de avaliação adequadas à dimensão do corpo docente permanente e do corpo discente. F: menos de 30% de teses e dissertações defendidas no período de avaliação adequadas à dimensão do corpo docente permanente e do corpo discente. I: ausência de relação entre a quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação e o corpo docente permanente e a dimensão do corpo discente.</p>
<p>3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.</p>	<p>25%</p>	<p>MB: distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa em mais de 80% dos casos. B: distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa entre 50% e 80% dos casos. R: distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa entre 30% e 50% dos casos. F: distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa em mais de 30% dos casos. I: ausência de distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.</p>
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p>	<p>45%</p>	<p>MB: teses e dissertações de elevada qualidade por padrões reconhecidos na área. B: teses e dissertações de boa qualidade por padrões reconhecidos</p>

		<p>na área.</p> <p>R: teses e dissertações de qualidade adequada aos padrões reconhecidos na área, porém sem destaque.</p> <p>F: teses e dissertações de baixa qualidade por padrões reconhecidos na área, embora aprovadas.</p> <p>I: teses e dissertações de qualidade inadequada segundo padrões reconhecidos na área, embora aprovadas.</p>
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	15%	<p>MB: Ao menos 80% de teses e dissertações defendidas dentro da média da área.</p> <p>B: Ao menos 50% de teses e dissertações defendidas dentro da média da área.</p> <p>R: Entre 30% e 50% de teses e dissertações defendidas dentro da média da área.</p> <p>F: Entre 10% e 30% de teses e dissertações defendidas dentro da média da área.</p> <p>I: Menos de 10% de teses e dissertações defendidas dentro da média da área.</p>
4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50%	<p>MB: acima de 80% dos docentes com publicações qualificadas.</p> <p>B: entre 50% e 80% dos docentes com publicações qualificadas.</p> <p>R: entre 30% e 50% dos docentes com publicações qualificadas.</p> <p>F: menos de 30% dos docentes com publicações qualificadas.</p> <p>I: corpo docente sem publicações qualificadas.</p>
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	35%	<p>MB: distribuição equilibrada de publicações qualificadas em relação a pelo menos 80% do corpo permanente do programa.</p> <p>B: distribuição de publicações qualificadas entre 50% a 80% do corpo permanente do programa.</p> <p>R: distribuição de publicações qualificadas entre 30% a 50% do corpo permanente do programa.</p>

		F: distribuição de publicações qualificadas entre 10% a 30% do corpo permanente do programa. I: ausência de distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo permanente do programa.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	15%	MB: alta qualidade de produção técnica e outras produções consideradas relevantes na área. B: qualidade de bom nível de produção técnica e outras produções consideradas relevantes na área. R: qualidade adequada de produção técnica e outras produções consideradas relevantes na área. F: qualidade inadequada de produção técnica e outras produções consideradas relevantes na área. I: ausência de qualidade de produção técnica e outras produções consideradas relevantes na área.
4.4. Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	-	Não aplicável
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	45%	MB: inserção e impacto regional e/ou nacional reconhecidos como de grande importância. B: inserção e impacto regional e/ou nacional reconhecidos como importantes na área. R: inserção e impacto regional e/ou nacional considerados adequados pela área. F: pouca inserção e pouco impacto regional e/ou nacional do programa, segundo avaliação da área. I: ausência de inserção e de impacto regional e/ou nacional do programa, segundo avaliação da área.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	35%	MB: elevado grau de integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa a critério da comissão de área. B: grau de integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa considerado de bom nível pela comissão da área.

		<p>R: integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa considerados adequados pela comissão de área.</p> <p>F: integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa consideradas pouco expressivas pela comissão de área.</p> <p>I: ausência de integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa.</p>
<p>5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.</p>	<p>20%</p>	<p>MB: visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação através de sites e publicações consideradas de alta qualidade pela comissão de avaliação.</p> <p>B: visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação através de sites e publicações consideradas de boa qualidade pela comissão de avaliação.</p> <p>R: visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação através de sites e publicações consideradas de qualidade adequada pela comissão de avaliação.</p> <p>F: visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação através de sites e publicações consideradas de qualidade insatisfatória pela comissão de avaliação.</p> <p>I: ausência de visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação através de sites e publicações segundo a comissão de avaliação.</p>

IV.2 - PROGRAMAS PROFISSIONAIS

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
<p>1 – Proposta do Programa</p>		
<p>1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.</p>	<p>30%</p>	<p>MB: articulação entre área(s), linhas de atuação, projetos e proposta curricular claramente consolidada,</p>

	<p>permitindo avaliar a capacidade e formação do programa.</p> <p>B: articulação entre área(s), linhas de atuação, projetos e proposta curricular clara, permitindo avaliar a capacidade e formação do programa, porém ainda em vias de consolidação, por exemplo, em programas novos.</p> <p>R: articulação entre área(s), linhas de atuação, projetos e proposta curricular clara, porém ainda com alguns pontos em que essa articulação não permite avaliar a consolidação (por exemplo, mas não exclusivamente) em programas novos.</p> <p>F: pouca articulação entre área(s), linhas de atuação, projetos e proposta curricular, sem permitir avaliação adequada neste item.</p> <p>I: articulação entre área(s), linhas de atuação, projetos e proposta curricular insuficiente ou inadequada.</p>
<p>1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.</p>	<p>30%</p> <p>MB: Planejamento com metas muito bem definidas, evidenciando o empenho do programa na consolidação de seus objetivos e permitindo avaliar os resultados já obtidos e indicando perspectivas futuras de desenvolvimento.</p> <p>B: Planejamento com metas definidas, evidenciando empenho do programa na consolidação de objetivos e permitindo avaliar resultados já obtidos.</p> <p>R: Planejamento com metas definidas, porém ainda com alguns pontos em que essa definição não evidencia claramente o empenho do programa na consolidação de seus objetivos, não permitindo avaliar bem os resultados já obtidos, sem indicar claramente perspectivas futuras de desenvolvimento.</p> <p>F: Planejamento com metas ainda</p>

	<p>não definidas, sem evidenciar claramente o empenho do programa na consolidação de seus objetivos e não permitindo avaliar os resultados já obtidos.</p> <p>I: Ausência de planejamento adequado sem permitir a avaliação dos itens previstos.</p>
<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.</p>	<p>20%</p> <p>MB: Infraestrutura sobretudo de acervo bibliográfico, recursos computacionais e espaço de pesquisa, permitindo um desempenho de alto nível às atividades do programa.</p> <p>B: Infraestrutura sobretudo de acervo bibliográfico, recursos computacionais e espaço de pesquisa, permitindo um bom desempenho às atividades do programa.</p> <p>R: Infraestrutura sobretudo de acervo bibliográfico, recursos computacionais e espaço de pesquisa, permitindo um desempenho adequado às atividades do programa.</p> <p>F: Infraestrutura sobretudo de acervo bibliográfico, recursos computacionais e espaço de pesquisa inadequada às atividades do programa.</p> <p>I: Ausência de infraestrutura sobretudo de acervo bibliográfico, recursos computacionais e espaço de pesquisa.</p>
<p>1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.</p>	<p>20%</p> <p>MB: Planejamento muito bom do programa com vistas ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.</p> <p>B: Planejamento bom do programa com vistas ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional</p>

		<p>ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas. R: Planejamento adequado do programa com vistas ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas. F: Planejamento inadequado do programa com vistas ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas. I: Ausência de planejamento do programa com vistas ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas.</p>
2. Corpo Docente	20%	
<p>2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.</p>	50%	<p>MB: corpo docente com expressiva maioria (mais de 70%) com grande experiência docente e em pesquisa (mínimo 10 anos), com formação em grandes centros na área no Brasil ou no exterior, e adequada às áreas e linhas de atuação do programa. B: corpo docente em sua maioria (mais de 50%) com expressiva experiência docente e em pesquisa, formação em grandes centros na área no Brasil ou no exterior e adequada às áreas e linhas de atuação do programa. R: corpo docente com experiência docente e em pesquisa e formação adequada às áreas e linhas de atuação do programa. F: corpo docente com reduzida experiência docente e em pesquisa e sem formação adequada às áreas e</p>

	<p>linhas de atuação do programa.</p> <p>I: corpo docente sem experiência docente e sem formação adequada às áreas e linhas de atuação do programa.</p>
<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>30%</p> <p>MB: corpo docente com adequação e dedicação às atividades de pesquisa e formação do programa que possibilitem a obtenção de metas de excelência.</p> <p>B: corpo docente com adequação e dedicação às atividades de pesquisa e formação do programa que possibilitem a obtenção adequada de suas metas.</p> <p>R: corpo docente com adequação e dedicação às atividades de pesquisa e formação do programa que possibilitem a realização de suas principais metas.</p> <p>F: corpo docente com adequação e dedicação insuficientes às atividades de pesquisa e formação do programa.</p> <p>I: corpo docente sem adequação e dedicação às atividades de pesquisa e formação do programa.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>20%</p> <p>MB: distribuição equilibrada das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p> <p>B: distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre a maioria (mais de 50%) dos docentes do programa.</p> <p>R: distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre cerca de 30% dos docentes do programa.</p> <p>F: distribuição inadequada das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa (menos de 30%).</p> <p>I: distribuição insuficiente das atividades de pesquisa e de</p>

		formação entre os docentes do programa para a realização de seus objetivos.
3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa	30%	<p>MB: acima de 80% de trabalhos de conclusão aprovados no período de avaliação adequados à dimensão do corpo docente e do corpo discente do programa e distribuídos equitativamente em mais de 80% dos casos.</p> <p>B: de 50% a 80% de trabalhos de conclusão aprovados no período de avaliação adequados à dimensão do corpo docente e do corpo discente do programa e distribuídos equitativamente entre 50% a 80% dos casos.</p> <p>R: de 30% a 50% de trabalhos de conclusão aprovados no período de avaliação adequados à dimensão do corpo docente e do corpo discente do programa e distribuídos equitativamente entre 30% a 50% dos casos.</p> <p>F: menos de 30% de trabalhos de conclusão aprovados no período de avaliação adequados à dimensão do corpo docente e do corpo discente do programa e distribuídos equitativamente entre menos de 30% dos casos.</p> <p>I: ausência de relação entre a quantidade de trabalhos de conclusão aprovados no período de avaliação e a dimensão do corpo docente e do corpo discente do programa e sem distribuição equitativa das orientações.</p>
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	<p>MB: trabalhos de conclusão de elevada qualidade por padrões reconhecidos na área.</p> <p>B: trabalhos de conclusão de boa qualidade por padrões reconhecidos na área.</p> <p>R: trabalhos de conclusão de</p>

		<p>qualidade adequada aos padrões reconhecidos na área, porém sem destaque.</p> <p>F: trabalhos de conclusão de baixa qualidade por padrões reconhecidos na área, embora aprovados.</p> <p>I: trabalhos de conclusão de qualidade inadequada segundo padrões reconhecidos na área, embora aprovados.</p>
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	<p>MB: Ao menos 80% de trabalhos de conclusão aprovados dentro da média de 30 meses e vinculados em mais de 80% dos casos com os campos de atuação profissional.</p> <p>B: Ao menos 50% de trabalhos de conclusão aprovados dentro da média de 30 meses e vinculados em mais de 50% dos casos com os campos de atuação profissional.</p> <p>R: Entre 30% e 50% de trabalhos de conclusão aprovados dentro da média de 30 meses e vinculados entre 30% a 50% dos casos com os campos de atuação profissional.</p> <p>F: Entre 10% e 30% de trabalhos de conclusão aprovados dentro da média de 30 meses e vinculados entre 10% a 30% dos casos com os campos de atuação profissional.</p> <p>I: Menos de 10% de trabalhos de conclusão aprovados dentro da média de 30 meses e sem vinculação com os campos de atuação profissional.</p>
4. Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	40%	<p>MB: acima de 80% dos docentes com publicações qualificadas.</p> <p>B: entre 50% e 80% dos docentes com publicações qualificadas.</p> <p>R: entre 30% e 50% dos docentes com publicações qualificadas.</p> <p>F: menos de 30% dos docentes com publicações qualificadas.</p> <p>I: corpo docente sem publicações qualificadas.</p>

<p>4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.</p>	<p>20%</p>	<p>MB: alta qualidade de produção técnica e outras produções consideradas relevantes na área. B: qualidade de bom nível de produção técnica e outras produções consideradas relevantes na área. R: qualidade adequada de produção técnica e outras produções consideradas relevantes na área. F: qualidade inadequada de produção técnica e outras produções consideradas relevantes na área. I: ausência de qualidade de produção técnica e outras produções consideradas relevantes na área.</p>
<p>4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa</p>	<p>20%</p>	<p>MB: distribuição equilibrada de publicações qualificadas em relação a pelo menos 80% do corpo permanente do programa. B: distribuição de publicações qualificadas entre 50% a 80% do corpo permanente do programa. R: distribuição de publicações qualificadas entre 30% a 50% do corpo permanente do programa. F: distribuição de publicações qualificadas entre 10% a 30% do corpo permanente do programa. I: ausência de distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo permanente do programa.</p>
<p>4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.</p>	<p>20%</p>	<p>MB: articulação equilibrada da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa entre mais de 80% dos casos. B: articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa entre 50% a 80% dos casos. R: articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa entre 30% a 50% dos casos. F: articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa entre 10% a</p>

		30% dos casos. I: ausência articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.
5. Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa	30%	MB: inserção e impacto regional e/ou nacional reconhecidos como de grande importância. B: inserção e impacto regional e/ou nacional reconhecidos como importantes na área. R: inserção e impacto regional e/ou nacional considerados adequados pela área. F: pouca inserção e pouco impacto regional e/ou nacional do programa, segundo avaliação da área. I: ausência de inserção e de impacto regional e/ou nacional do programa, segundo avaliação da área.
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	30%	MB: elevado grau de integração e cooperação com outros cursos/programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação. B: grau de integração e cooperação com outros cursos/programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação considerado de bom nível pela comissão da área. R: integração e cooperação com outros cursos/programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação consideradas adequadas pela comissão de área. F: integração e cooperação com outros cursos/programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação consideradas pouco expressivas pela comissão de área. I: ausência de integração e cooperação com outros cursos/programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	MB: integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionadas à área de

	<p>conhecimento do programa consideradas de alta qualidade pela comissão de avaliação.</p> <p>B: integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionadas à área de conhecimento do programa consideradas de boa qualidade pela comissão de avaliação.</p> <p>R: integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionadas à área de conhecimento do programa consideradas de qualidade adequada pela comissão de avaliação.</p> <p>F: integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionadas à área de conhecimento do programa consideradas de qualidade insatisfatória pela comissão de avaliação.</p> <p>I: ausência de integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionadas à área de conhecimento do programa segundo a comissão de avaliação.</p>
<p>5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa</p>	<p>20%</p> <p>MB: divulgação e transparência das atividades e da atuação do programa consideradas de alta qualidade pela comissão de avaliação.</p> <p>B: divulgação e transparência das atividades e da atuação do programa consideradas de boa qualidade pela comissão de avaliação.</p> <p>R: divulgação e transparência das atividades e da atuação do programa consideradas de qualidade adequada pela comissão de avaliação.</p> <p>F: divulgação e transparência das atividades e da atuação do programa consideradas de qualidade insatisfatória pela comissão de avaliação.</p> <p>I: ausência de divulgação e transparência das atividades e da atuação do programa segundo a</p>

comissão de avaliação.

V. CONTEXTUALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL E INDICADORES CONSIDERADOS NA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 e 7

a. Descrição do grau de internacionalização da área

A área Ciências da Religião e Teologia compreende que o processo de internacionalização se refere ao conjunto de atividades, intercâmbios e produtos de natureza acadêmico-científica de docentes e discentes desenvolvidos entre instituições acadêmicas brasileiras e instituições acadêmicas estrangeiras.

O reconhecimento internacional se dá através de redes e parcerias com centros de referência e excelência na área: convênios baseados em reciprocidade e redes de pesquisa; intercâmbio com financiamento recíproco; financiamento internacional; participação em orientação e bancas no exterior; produção intelectual em cooperação com pesquisadores estrangeiros; projetos de cooperação internacional; participação em Editais internacionais; participação de docentes permanentes em comitês de organização de eventos internacionais e em organizações internacionais; participação internacional de docentes permanentes como visitantes; resultados alcançados a partir de convênios e intercâmbios na forma de produtos; publicações em periódicos com impacto internacional; ações de recrutamento de pesquisadores estrangeiros para corpo docente permanente; participação de alunos estrangeiros, como medida de sua capacidade em atrair estudantes pesquisadores e pós-docs. estrangeiros; participação institucional de docentes na direção de instituições internacionais, editoria internacional ou *peer review* em revistas com alto fator de impacto e na presidência ou diretoria executiva de associações científicas internacionais

Aprofundar a internacionalização da área depende da consolidação institucional dos Programas de Pós-Graduação e de ações desenvolvidas, em especial por Programas de excelência e sua capacidade em adotar parâmetros internacionais de qualidade.

A área reconhece dois tipos de ações:

- a) Sistemático: advindo da efetivação de inserção e convênios com instituições acadêmicas estrangeiras de alta qualificação e reconhecimento ou com as quais o Brasil colabora, de forma solidária, na formação de

recursos humanos, através da produção intelectual a partir da participação em projetos e grupos de pesquisa;

- b) Não sistemático: caracterizado por atividades ocasionais e produtos eventuais.

O grau de sistematização da internacionalização impactará a avaliação dos programas neste quesito e deverá ser aferido pelo conjunto de atividades, intercâmbios e produtos decorrentes desse processo.

Programas 6 e 7 devem apresentar um conjunto de ações em redes de pesquisa e colaboração junto às instituições de excelência e referência internacionais, que traduzam reconhecimento e visibilidade e paridade em relação aos principais centros mundiais da Área.

Programas 5 precisam evidenciar condição de liderança regional, traduzidos em ações e iniciativas que expressem colaboração e parcerias com instituições estrangeiras e o impacto de sua atividade junto a estas.

Programas 4 possuem intensa mobilidade e circulação docente e discente junto às instituições de excelência internacional, como estratégia para qualificar suas atividades de pesquisa e formação de recursos humanos. Atraem professores visitantes estrangeiros, estimulam missões pós-doutorais de seus docentes permanentes e possuem expressiva proporção de alunos em estágios doutorais.

Programas 3 apresentam iniciativas de internacionalização em escala regional, com a participação de docentes e discentes em eventos internacionais, estágios docentes e missões de alunos no exterior.

Os produtos e atividades são:

- 1) bibliográficos: artigos, livros e capítulos de livros, predominantemente em estratos superiores, de autoria própria ou em coautoria com pesquisadores de centros estrangeiros, com reconhecimento e destaque no cenário internacional;
- 2) intercâmbios: através de missões internacionais ou estágios de doutorado-sanduíche no exterior; expansão do pós-doutoramento internacional; cursos ofertados no Brasil por docentes e pesquisadores estrangeiros, podendo ser em idioma estrangeiro; estímulo a doutoramento sanduíche com produção vinculada a temas internacionais; cotutela; dupla titulação com Instituições internacionais de referência; atração e orientação de alunos

- estrangeiros; além de solidariedade na formação de recursos humanos para países da África e América Latina;
- 3) eventos internacionais: fluxo de docentes e discentes brasileiros e estrangeiros.

De modo geral, a área Ciências da Religião e Teologia tem esta questão da internacionalização em processo de consolidação. Isso se deve ao fato de muitos procedimentos serem de natureza mais não-sistemática do que sistemática. Além disso, o critério de comparabilidade com centros estrangeiros de excelência ainda não pode ser aferido nos processos de avaliação. Contudo, o processo de sistematização das atividades, produção e convênios é gradual e tem sido perseguido pelos programas, devendo os resultados serem aferidos no atual quadriênio de avaliação.

- b. No contexto da internacionalização, considerações a respeito dos critérios da área para atribuição de notas 6 e 7.

Programas com notas 6 e 7 devem ser comparáveis àqueles que ocupem posição de destaque e desempenho equivalente aos centros de referência no cenário internacional.

A equivalência internacional deve ser aferida pela presença internacional relevante e de impacto; produção em coautoria; produção científica considerável nos estratos A1-A2 e/ou L3-L4; produção científica destacada no cenário internacional; convênios consolidados, projetos, fomento; cotutela, dupla titulação, bancas, disciplinas em idioma estrangeiro; atração e mobilidade docente e discente (sanduíche, pós-doc., estágio).

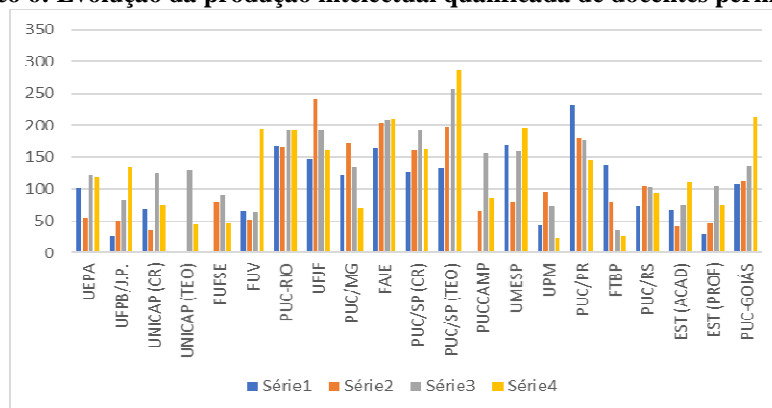
A consolidação e liderança devem ser aferidas pela participação em eventos, comitês, funções de destaque e outorgas; posição consolidada na formação de doutores; nucleação e empregabilidade de egressos (regional e nacional); consolidação dos indicadores e histórico do programa; exploração do potencial de formação e utilização de competência; produtividade CNPq ou equivalente; solidariedade internacional (propostas interinstitucionais).

A solidariedade deve ser aferida pela solidariedade regional em relação aos programas em processo de consolidação da área; formação de recursos humanos através de convênios entre o PPG e nucleação de grupos de pesquisa em formação nas regiões mais carentes de formação na área, Minter/Dinter, etc.; contribuição diferenciada por formas inovadoras de pesquisa; visibilidade e transparência.

VI. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO COM TRIÊNIO ANTERIORES 2010 e 2013

6.1 Evolução da produção intelectual¹⁶

Gráfico 6: Evolução da produção intelectual qualificada de docentes permanentes

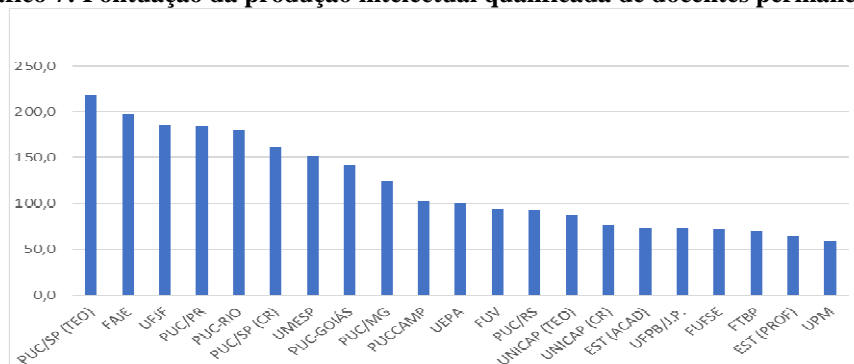


Fonte: CAPES, elaborado pela área a partir da Plataforma Sucupira

A produção intelectual qualificada considera a publicação dos docentes em periódicos dos estratos A1-B1 e em livros dos estratos L3-L4.

6.2 Produção intelectual qualificada dos Programas

Gráfico 7: Pontuação da produção intelectual qualificada de docentes permanentes¹⁷



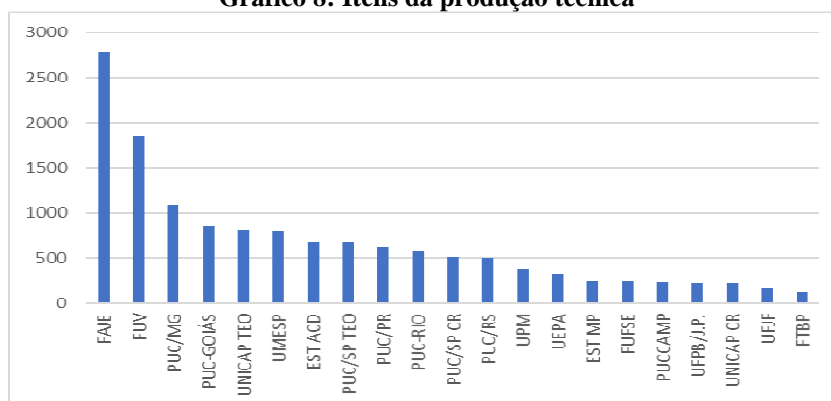
Fonte: CAPES, elaborado pela área a partir dos dados da Plataforma Sucupira

¹⁶ Séries 1 a 4 correspondem aos anos 2013-2016. Programas com avaliação positiva em outros quesitos, mas com produção qualificada fragilizada no quadriênio atual tiveram analisados o potencial de recuperação.

¹⁷ Pontuação conforme observação número 5, quesito 4, da Ficha de Avaliação dos PPGs Acadêmicos. Também foi aplicada aos PPGs com Mestrado Profissional.

6.3 Produção técnica (itens/produtos)

Gráfico 8: Itens da produção técnica

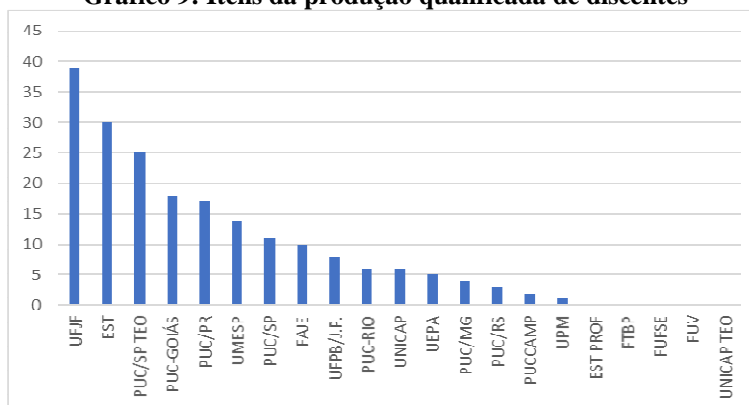


Fonte: CAPES

A produção técnica foi apreciada apenas pelo volume produzido, desconsiderando-se as repetições, que foram glosadas. Na falta de um documento que orienta a produção técnica da área, deve-se ter em conta o descrito na ficha de avaliação para a consideração dessa produção.

6.4 Produção discente qualificada (itens/produtos)

Gráfico 9: Itens da produção qualificada de discentes



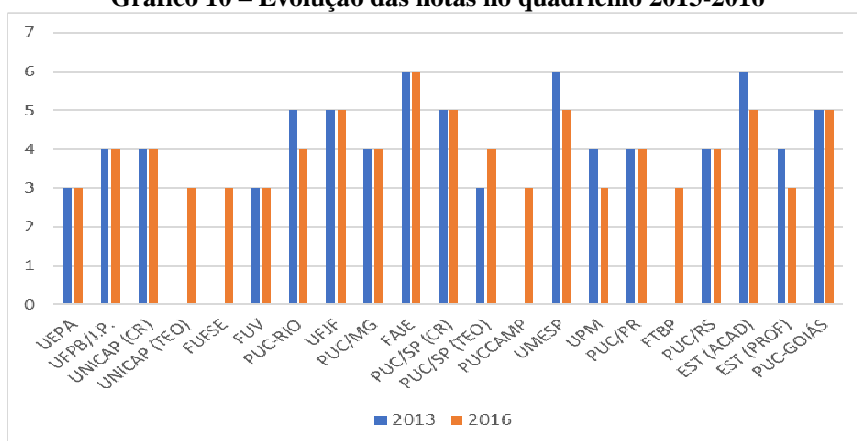
Fonte: CAPES

6.5 Crescimento da área em relação ao triênio 2010-2012

A área obteve um crescimento de 22%, com quatro novos PPGs, sendo dois com cursos de Teologia e dois de Ciências da Religião. Destes, um é de Programa na modalidade profissional e três são da modalidade acadêmico (FTBP, PUCCAMP, FUSE, UNICAP).

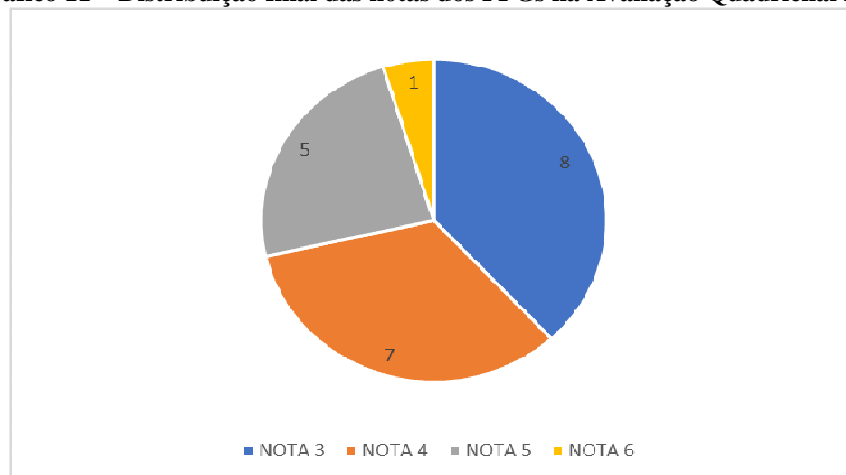
Com relação às notas dos PPGs, observa-se ao final da Avaliação Quadrienal 2017 a manutenção da nota de 67% dos programas, considerando-se os programas existentes e os que foram implantados ao longo do quadriênio 2013-2016. 24% dos Programas obtiveram uma nota inferior àquela do último processo de avaliação. 5% corresponde ao número de programas que obtiveram nota superior à última avaliação.

Gráfico 10 – Evolução das notas no quadriênio 2013-2016



Fonte: CAPES

Gráfico 11 – Distribuição final das notas dos PPGs na Avaliação Quadrienal 2017



Fonte: CAPES

Ao final do processo de avaliação, distribuição das notas obtidas pelos PPGs na Avaliação Quadrienal 2017 se mostra equilibrada.

ANEXO

Programas com respectivas nota e nível¹⁸

CÓDIGO	IES	NOME	NÍVEL	NOTA 2017
15006018004P0	UEPA	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	MESTRADO	3
24001015050P5	UFPB/J.P.	CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES	MESTRADO/DOUTORADO	4
25002015004P2	UNICAP	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	MESTRADO/DOUTORADO	4
25002015007P1	UNICAP	TEOLOGIA	MESTRADO	3
27001016046P6	FUFSE	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	MESTRADO	3
30014018001P2	FUV	CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES	MESTRADO PROFISSIONAL	3
31005012007P8	PUC-RIO	TEOLOGIA	MESTRADO/DOUTORADO	4
32005016004P1	UFJF	CIÊNCIA DA RELIGIÃO	MESTRADO/DOUTORADO	5
32008015019P8	PUC/MG	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	MESTRADO/DOUTORADO	4
32029012001P1	FAJE	TEOLOGIA	MESTRADO/DOUTORADO	6
33005010009P0	PUC/SP	CIÊNCIA DA RELIGIÃO	MESTRADO/DOUTORADO	5
33005010033P8	PUC/SP	TEOLOGIA	MESTRADO	4
33006016013P0	PUCAMP	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	MESTRADO	3
33017018001P0	UMESP	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	MESTRADO/DOUTORADO	5
33024014021P3	UPM	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	MESTRADO	3
40003019017P6	PUC/PR	TEOLOGIA	MESTRADO/DOUTORADO	4
40070018001P6	FTBP	TEOLOGIA	MESTRADO PROFISSIONAL	3
42005019012P2	PUC/RS	TEOLOGIA	MESTRADO/DOUTORADO	4
42016010001P9	EST	TEOLOGIA	MESTRADO/DOUTORADO	5
42016010002P5	EST	TEOLOGIA	MESTRADO PROFISSIONAL	3
52002012002P6	PUC-GOÍÁS	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	MESTRADO/DOUTORADO	5

¹⁸ Os PPGs de Ciência(s) da Religião da UMESp e PUC SP tiveram indeferida a recomendação da nota 6, sugerida pela comissão da área de Ciências da Religião e Teologia, durante 173ª Reunião do CTC-ES.